

EDIÇÃO 2022/2023

O RACISMO E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA:

As sequelas de invasões (neo)pentecostais nos Corpos Territórios das Mulheres Kaiowá e Guarani /MS



Realização:

Apoio:



CONECTANDO
MULHERES
DEFENDENDO
DIREITOS



Financiado pela
União Europeia



SUMÁRIO

O RACISMO E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA **As sequelas de invasões (neo)pentecostais nos Corpos** **Territórios das Mulheres Kaiowá e Guarani / MS**

INTRODUÇÃO	6
QUEM É A KUÑANGUE ATY GUASU	8
A KUÑANGUE ATY GUASU NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA	11
ESCUTAS SENSÍVEIS, CORPOS SILENCIADOS, CORPOS PRESENTES ...	23
CRIME DE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA, A VIOLÊNCIA/DEMONIZAÇÃO CONTRA REZADORES E REZADEIRAS SEGUEM SENDO COMETIDOS NOS TERRITÓRIOS KAIOWÁ E GUARANI	27
CASAS DE REZAS E OBJETOS SAGRADOS QUEIMADOS CRIMINOSAMENTE.....	37
A BUSCA POR NOSSOS DIREITOS ORIGINÁRIOS E CONSTITUCIONAIS	77
O CASO RAÍSSA E NANDESY ESTELA, E O RACISMO DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES INDÍGENAS	78
A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS TRADICIONAIS PARA O POVO KAIOWÁ E GUARANI EM MS	83
CONCLUSÃO	88
CONSIDERAÇÕES	90
RECOMENDAÇÕES	94
PROPOSTAS	95

REALIZAÇÃO: KUÑANGUE ATY GUASU

DIREÇÃO GERAL: ALENIR AQUINO, FLAVIA ARINO, KUÑA ARANDUHÁ, ROSICLEIDE VILHALVA, LEILA ROCHA, MBO'Y JEGUA, SANDRIELE DOMINGUES E VANDERLEIA ROCHA.

APOIO:

O.K.A / ONU MULHERES/ UCL-MAL/ ANMIGA.

CURADORIA:

NHANDEYS KAIOWA E GUARANI, NHANDERUS KAIOWA E GUARANI.

COMUNIDADES:

RETOMADA GUAPO'Y MIRIN TUJURY, TEKOHÁ RANCHO JACARÉ, TEKOHÁ ITA'Y KAGUYRUSSU, TEKOHÁ LIMÃO VERDE, TEKOHÁ PANAMBIZINHO, TEKOHÁ NHANDERU MARANGATU, TEKOHÁ LARANJEIRA NHANDERU, RESERVA INDÍGENA DE AMAMBAI, RESERVA INDÍGENA DE DOURADOS, YVY KATU, RETOMADA JOPARÁ, RETOMADA NHU VERÁ GUASU.

COLABORADORES:

REGISTROS AUDIOVISUAL E OFICINAS DE EDUCOMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA KAIOWA E GUARANI: DORIANO MORALES, LUAN ITURVE, KUÑA ARANDUHÁ, FABIANA ASSIS FERNANDES, RAFFAELLA FRYER MORREIRA, ROSICLEIDE VILHALVA, ÁGATHA PINHIERO REZENDE E MICHELE CHRISTINA CASTILHO RIBEIRO DA SILVA.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

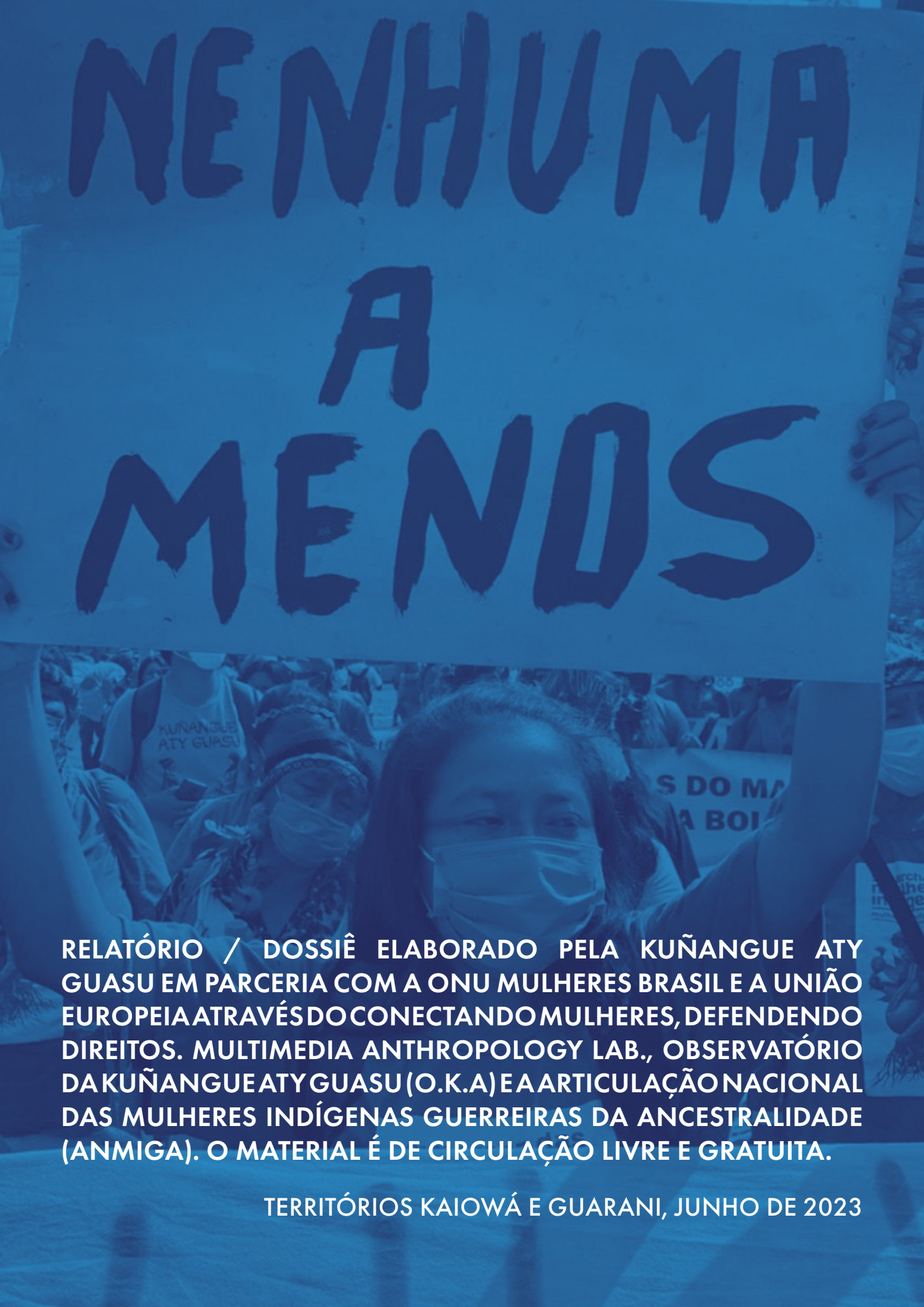
MATHEUS MONTANARI

PESQUISA E ORGANIZAÇÃO DE ACERVO ETNOGRÁFICO MULTIMÍDIA KAIOWÁ E GUARANI:

CONSELHO KUÑANGUE ATY GUASU / IDAC/ UCL-MAL

PRODUÇÃO EXECUTIVA:

KUNÃ ARANDUHÁ.

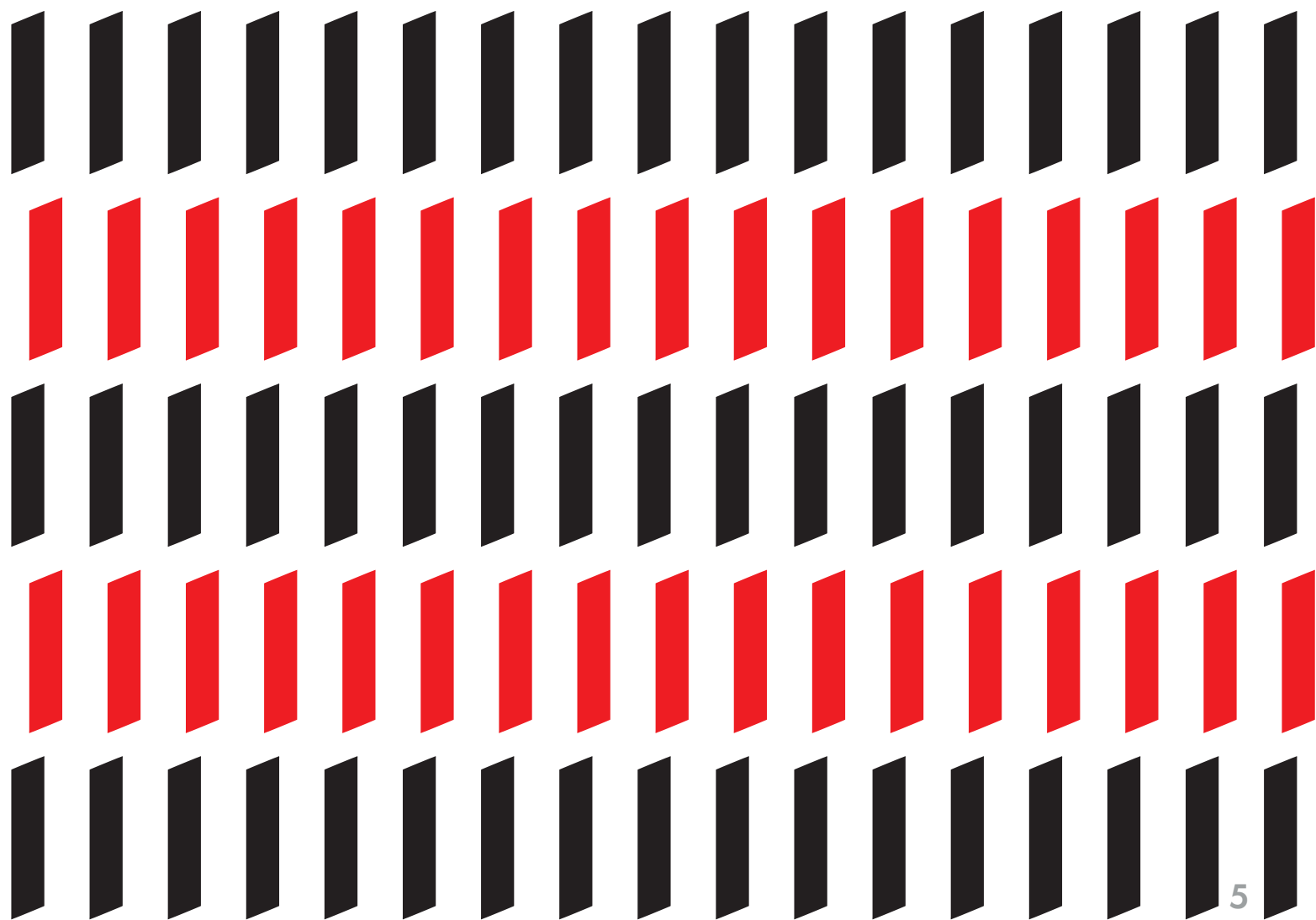


NENHUMA
A
MENOS

RELATÓRIO / DOSSIÊ ELABORADO PELA KUÑANGUE ATY GUASU EM PARCERIA COM A ONU MULHERES BRASIL E A UNIÃO EUROPEIA ATRAVÉS DO CONECTANDO MULHERES, DEFENDENDO DIREITOS. MULTIMEDIA ANTHROPOLOGY LAB., OBSERVATÓRIO DA KUÑANGUE ATY GUASU (O.K.A) E A ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE (ANMIGA). O MATERIAL É DE CIRCULAÇÃO LIVRE E GRATUITA.

TERRITÓRIOS KAIOWÁ E GUARANI, JUNHO DE 2023

**Falar de mulheres Kaiowá e Guarani
é urgente, é agora!**





Participação da Kuñangue Aty Guasu na Marcha Nacional Das Mulheres Indígenas em 2019.

Esse é o primeiro dossiê coletivo da Kuñangue Aty Guasu, com narrativas sobre o que compreendemos sobre a Intolerância Religiosa e o Racismo Religioso assim identificadas pelos não indígenas. Esse material tecido coletivamente é parte do mapa da violência¹ escrito pelas mulheres Kaiowá e Guaraní defensoras de direitos humanos do Conselho da Kuñangue Aty Guasu (Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guaraní/MS).

Aqui traduzimos em formas de letras na qual fomos alfabetizadas/colonizadas, as dores que causam todas as violações aos corpos das mulheres Kaiowá e Guaraní/MS, que re-existem em terras nativas, chamadas de Tekoha (Terra Sagrada) e/ou Kaaguy Rusu (A grande mata que foi extinta). As narrativas aqui, a tradução do mundo de sobrevivência das mulheres indígenas, se estendem sempre nos modos coletivos. Não há roças sem elas, não há comunidades sem elas, não têm vida nessa terra sem o útero de uma mulher, e referenciando a nossa mãe maior, a terra, afirmam as nhandesys: "A nossa pele é da cor dessa terra, dela viemos, dela sobrevivemos e para ela voltaremos, pois somos Yvypóry, a raiz da terra".

¹ <https://www.kunangue.com/mapeamento-da-violencia>

Nhandesy - Nhande (nossa) Sy (mãe), são sobre elas e tudo que envolvem elas, que vamos tecer aqui, uma construção sobre as múltiplas mulheres em meio a sangria que vivemos no MS, uma homenagem a todas que resistiram para que hoje estivéssemos aqui contando mais esse capítulo de luta das Mulheres Kaiowá e Guarani.

Seguimos por todas nós e por todos os corpos silenciados, somos a voz das retomadas, a voz das Mulheres Kaiowá e Guarani, e de todas que ainda virão e que irão continuar a tecer vidas nesse mundo embriagado pelo capitalismo, e a luta do outro lado pela vida. Nós carregamos a resistência de mais de 523 anos de luta pela nossa existência, mesmo que todos os dias as caravelas de todas as formas continuam a invadir o que nos restam, e nós resistimos com nossos corpos, pois enquanto nesta terra houver o som do Mbaraka e do Takuapu haverá luta.

Que o leitor que for acessar esse material, compreenda que para nós é também uma violência ter que narrar na língua de vocês todas as violências em nossos corpos, mesmo sabendo que esse é o papel do estado, porém o mesmo se distancia, se silencia, se nega a garantir os nossos direitos constitucionais e originários por décadas e décadas. E através de inúmeras letras, na qual fomos colonizadas aqui gritamos mais uma vez que cessem as violências contra os nossos corpos, nossa existência e contra os nossos Tekohas/territórios/biomas.

Vimos, vivemos/sentimos nesses quatro anos do desgoverno de Jair Bolsonaro, as nossas terras em chamas, o agro na posição de executar nossos parentes nas retomadas Kaiowá e Guarani, perdemos muitos parentes, amigos, vizinhos para uma pandemia que trouxe a tona o fracasso de décadas de um governo que nunca atendeu de fato as nossas especificidades, os nossos direitos originários, uma pandemia que ainda ronda o Brasil de diversas formas, fazendo inúmeras vítimas e deixando cada vez mais exposta e escancarada a precariedade da saúde pública aos olhos nu da sociedade brasileira. E já podemos dizer que somos as sobreviventes da pandemia Coronavírus, carregamos as sequelas em nossos corpos, não tivemos o direito mínimo de estar em casa, mas sim, enfrentando a pandemia no peito pela sobrevivência de nosso povo em luta.

Aqui dessa forma, no kuationa (documento karai - não indígena), ecoamos as tantas vozes que nos relataram tantos meios de sobrevivências e re-existências nessas terras que são nossas, que pertenceram aos nossos antepassados, e que hoje estão de posse do agro, cada vez mais privatizadas, onde os últimos rios, as últimas árvores choram, e nós continuamos a implorar para que parem o genocídio, parem o ecocídio, parem o epistemicídio, parem!

As nossas vozes precisam/necessitam de uma resposta e um reconhecimento diante do judiciário não indígena. É urgente a proteção, o fortalecimento e a valorização das anciãs Nhandesys, parteiras, Jarys, mulheres indígenas Kaiowá e Guarani defensoras de direitos humanos, frente aos projetos de extermínios anti-indígenas

que o estado vem executando contra os nossos corpos, contra o nosso modo de ser Guarani e Kaiowá.

A Kuñangue Aty Guasu vem denunciando cotidianamente todos os atos de violências desde que a nossa equipe assumiu a coordenação coletiva interna da organização em 2017 convocadas e eleitas pelas Nhandesys, é importante dizer de onde viemos, e porque nomeamos o relatório de Mapa da violência: Corpos Silenciados, vozes presentes - A violência no olhar da mulher kaiowá e Guarani. E aqui trazemos as tantas formas de enfrentamentos a todos os tipos de violações que nos golpeiam por décadas

Quem é a Kuñangue Aty Guasu?

Kuñangue Aty Guasu é a Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani, com sede em Dourados-MS, organizadas no Cone Sul de Mato Grosso Do Sul, Brasil. Teve seu início em 2006 quando as mulheres indígenas em coletivo, se levantaram para serem as protagonistas de sua história, as porta-vozes de sua caminhada. Essa decisão histórica iniciou-se no território sagrado Nhanderu Marangatu, Município de Antônio João-MS, diante de um cenário de violência contra uma companheira de nosso povo, que foi abafada pela assembleia geral de nosso povo, assim nasce a Grande Assembleia Das Mulheres Kaiowá e Guarani de Mato Grosso Do Sul



Kuñangue Aty Guasu presente no ATL 2021.

As anfitriãs da Kuñangue Aty Guasu são as nhandesys (rezadoras tradicionais, guardiãs das farmácias vivas e culturas ancestrais), jarys (parteiras tradicionais e guardiãs dos saberes da floresta), jovens, crianças, e toda a diversidade do mulhêri Kaiowá e Guarani de MS. Atualmente, dentro das comunidades Kaiowá e Guarani, a Kuñangue Aty Guasu é o espaço em que se articula a intersecção entre gênero, raça/etnia, classe, geração, direitos dos povos tradicionais, questões ambientais e territoriais a um só tempo. Com o avanço de toda a destruição de nossos biomas, de nossos saberes, o aumento da intolerância religiosa e da violência contra mulheres e crianças indígenas, a Kuñangue Aty Guasu é uma das principais organizações para a proteção das anciãs indígenas, dos modos de vida tradicionais e da saúde integral da mulher indígena. Além disso, a Kuñangue Aty Guasu se articula

com uma ampla rede de mulheres de outras etnias no Brasil e no mundo, artistas nacionais e internacionais, organizações multilaterais e ativistas de outros países.



A Kuñangue Aty Guasu é um espaço de protagonismo e discussão de temas de alta relevância para as comunidades indígenas Kaiowá e Guarani de MS. As nossas assembleias é um dos poucos espaços, onde se reúnem mulheres Kaiowá e Guarani, representantes de todos os Tekohás para diálogo e debate dos direitos e demandas das meninas, mulheres, jovens e anciãs. Somos a única organização indígena Kaiowá e Guarani a produzir relatórios com dados de violências ocorridas dentro e fora dos territórios de nosso povo

e a única a organizar audiências públicas populares para escuta e registro da voz das comunidades indígenas.

E tudo que vamos encaminhar aqui traduzido em letras, é a tradução desse mundo violento que percorre os territórios Kaiowá e Guarani de MS, fazendo das nhandesys, mães, jovens, meninas, mulheres e anciãs, as vítimas das consequências do racismo religioso, seguido da intolerância religiosa, uma consequência violenta aos nossos corpos, modos, costumes e tradições como a invasão das igrejas em nossos territórios nativos.

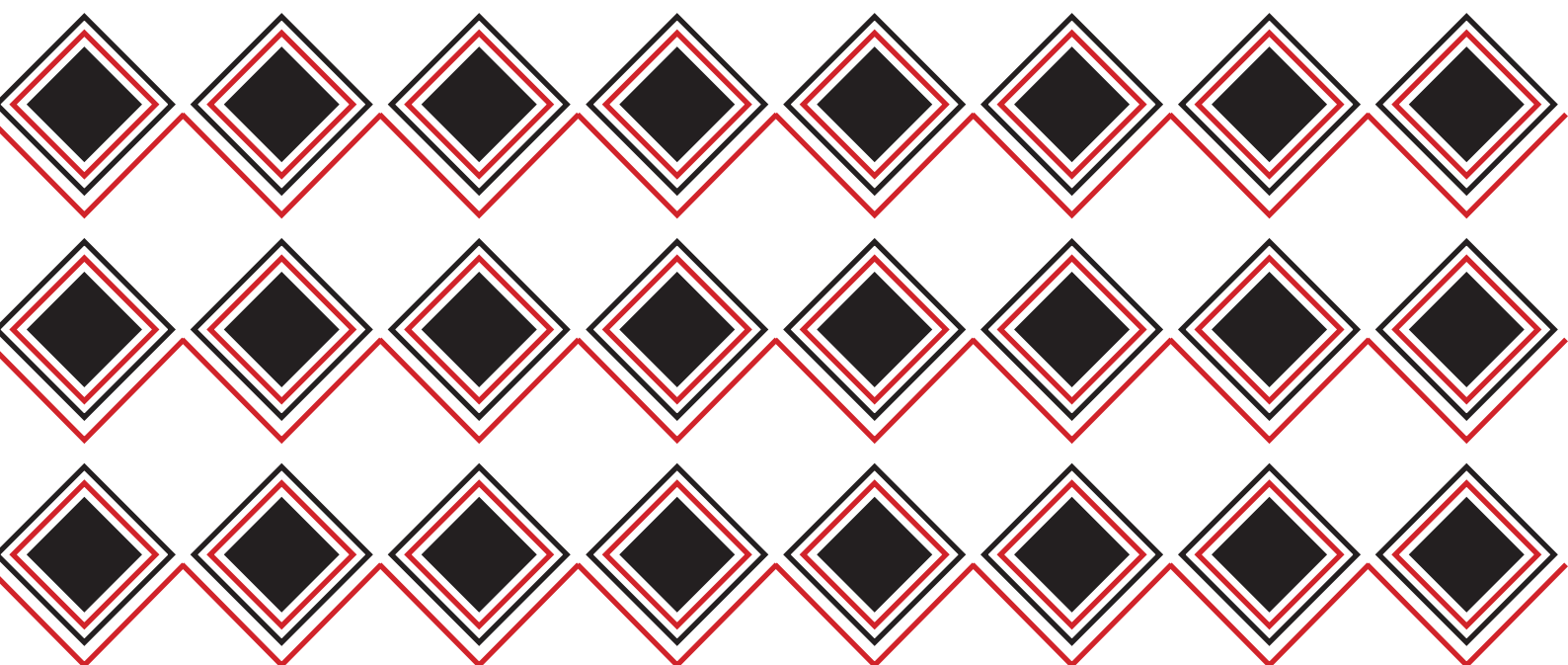
As ações da Kuñangue Aty Guasu foram possibilitadas através do apoio e das parcerias de organizações e instituições nacionais e internacionais, como a Fun-

dación Internacional de Mujeres Indígenas (FIMI) em 2016, o EMKP do British Museum em 2020, o Global Engagement Fundo da University College London em 2020, o Grand Challenges da University College London em 2021, o International Artists Solidarity network, o Fundo Brasil, a ONU Mulheres Brasil, a Articulação Nacional Das Mulheres Guerreiras da Ancestralidades (ANMIGA), Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) dentre outras(os) parceiras(os). Estes apoios fomentam a infraestrutura e logística necessária para as ações da Kuñangue Aty Guasu, fortalecendo a capacitação técnica de sua equipe, encorajando a autonomia social e sustentabilidade econômica de mulheres Guarani e Kaiowá e aumentando sua participação em espaços de tomada de decisão.

E a Kuñangue Aty Guasu, pauta a intolerância religiosa desde 2017, acompanha e acolhe as vítimas. E é com imensa satisfação que organizamos e publicamos esse dossiê em parceria com a ONU Mulheres, o Observatório da kuñangue Aty Guasu (OKA), o Instituto da Arte e Cultura (IDAC), o UCL MALL, e a nossa base nacional a Articulação Nacional Das Mulheres Indígenas Guerreiras Da Ancestralidade (ANMIGA).

Esperamos que esse documento ecoe e de visibilidade as vítimas do racismo e intolerância religiosa, e que venham os olhares humanos para que as vítimas e suas famílias sejam assistidas e tenham seus direitos garantidos de acordo com suas especificidades.

Somos mulheres Kaiowá e Guarani em luta, resiliência pela nossa sobrevivência, liberdade e autonomia. Pois enquanto houver o som do mbaraka e do takuapu, haverá luta!



A kuñangue Aty Guasu no enfrentamento à violência

Cotidianamente a Kuñangue Aty Guasu tem produzido ações de visibilidade a violência em territórios kaiowá e Guarani/MS. Vivemos, crescemos sobre as bordas dos arames farpados que cercam, sufocam e matam nossos corpos, desde a invasão de nossos territórios, onde nossos avós, bisavós resistiram como puderam a todas as violações latifundiárias, até que o nosso povo foi obrigado a viver em oito Reserva indígenas, e os que resistiram foram mortos, e nossas terras passaram a ser loteadas, privatizadas, e assim se formou o MS, em cima de cadáveres dos Kaiowá e Guarani e outros povos indígenas do MS.



Ariane Kaiowá

VANDA TEXEIRA
GUARANI E KAIOWÁ

NHANDESY ESTELA

VITIMA DE FEMINICÍDIO

Vitimas de feminicídios em 2022/2023

No início de nosso campo para a construção desse documento, a nossa equipe se organizou para o deslocamento rumo a diversos territórios Kaiowá e Guarani, para a coleta de dados da Intolerância Religiosa, uma escuta longa e densa. Mas não foi possível iniciar por onde planejamos, e o nosso campo começa por Amambai, onde aconteceu a Retomada da Terra Indígena de Guapo'y Mirim Tujury e infelizmente as comunidades se encontravam em diversas situações de violações latifundiárias e policiais. Antes do Massacre de Guapo'y, no dia 24 de Junho de 2022, no dia 07 de junho recebemos uma denúncia gravíssima vindo da retomada, desta vez soubemos de uma jovem que supostamente teria sido estuprada no galpão dos seguranças privados e se encontrava desaparecida. Importante deixar isso registrado aqui, pois essa situação não teve encaminhamentos jurídicos, foi abafada por medo da família ser executadas.



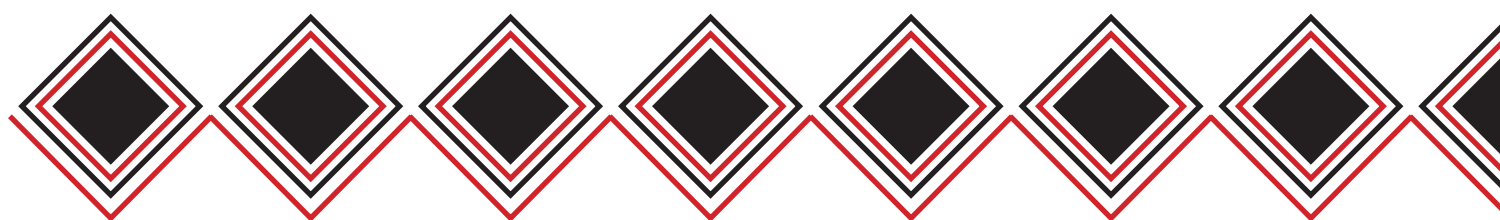
Vitor Fernandes executado pela polícia no Massacre de Guapo'y Mirin Tujury em 24 de junho de 2022.

O agropatriarcado

Se o arrendamento é o veneno que mata lentamente, o feminicídio e a violência de gênero é o veneno que mata a comunidade indígena de forma mais rápida e imediata. Em nossa visita a Retomada Guapo'y Mirin Tujury, em Amambai-MS, registramos graves violações às vítimas mulheres/meninas dos povos Kaiowá e Guarani. Uma das vítimas seguia DESAPARECIDA, o que demandava providências urgentes. A comunidade entrevistada relata que as meninas desapareceram no dia 26/05/2022 no período da noite e, neste mesmo dia, ouviram gritos repetitivos com voz de menina implorando por "socorro!" e "mamãe!", provenientes do galpão dos fazendeiros e jagunços. Atordoados, preocupados, em pânico e sem saber como reagir, supondo que aquilo poderia se tratar de uma armadilha para levar a comunidade de madrugada, no escuro, até o local para possivelmente os atacar e matar, o relato comunitário expressou enorme peso e tensão com a permanência das ameaças.

Três dias depois do desaparecimento das meninas, uma delas foi encontrada com vida em região de mata relativamente distante da retomada. A outra menina não foi localizada pela nossa equipe e nem sua família. Procuramos entender o que teria acontecido com essa outra menina, a comunidade realizou buscas das quais relatam que foram encontrados cabelos de mulher cortado ou arrancado no chão e restos de bitucas de cigarro próximo de onde vinha os gritos. A comunidade ali escutou os gritos das meninas que vinham do galpão da fazenda onde se encontravam os seguranças privados até aproximadamente 4h da manhã daquele dia. Em seguida, os gritos cessaram e posteriormente uma camionete branca chegou ao local, não ficou muito tempo e foi embora "cantando pneu" - a comunidade relata a possibilidade desta camionete haver levado embora o corpo morto da menina.

Até então, ninguém possui notícias do que aconteceu e do paradeiro dessa menina. Diante dos fatos acima elencados, a Kuñangue Aty Guasu solicitou urgência aos órgãos públicos para que apurem todas as denúncias aqui registradas, e esse documento foi protocolada pela Kuñangue Aty Guasu para conhecimento e apuração dos fatos.



Retomada Guapo'y Mirin Tujury

Amambai-MS, 7 de junho de 2022

A **Kuñangue Aty Guasu** (Grande Assembleia Das Mulheres Kaiowá e Guarani) e a **OKA** (Observatório da Kuñangue Aty Guasu) estiveram na retomada **Guapo'y Mirin Tujury, em Amambai/MS**. Na ocasião, foram ouvidas a comunidade local sobre os últimos acontecimentos naquela região. Foram colhidos os depoimentos e realizado os encaminhamentos em relação aos últimos ataques à retomada. Foram ouvidos jovens, mulheres e todxs que desejavam falar. A retomada está localizada próximo ao lado da região conhecida como Sertãozinho da Reserva Indígena de Amambai-MS e se trata da recuperação de uma parcela do território da Reserva Indígena de Amambai [Guapoy]. A comunidade sofreu despejo ilegal através de ação do batalhão de choque na manhã do dia posterior à retomada, sendo expulsos violentamente do local recuperado e então recuados para uma área limítrofe à Reserva de Amambai. Os projéteis e bombas recolhidos pela comunidade, que incluem balas de fuzil, não possuem registro ou data de validade ou consta como riscada/vencida e demonstram a violência da ação combinada entre policiais e fazendeiros locais:



Os projéteis e bombas recolhidos pela comunidade

Massacre de Guapo'y, no dia 24 de Junho de 2022

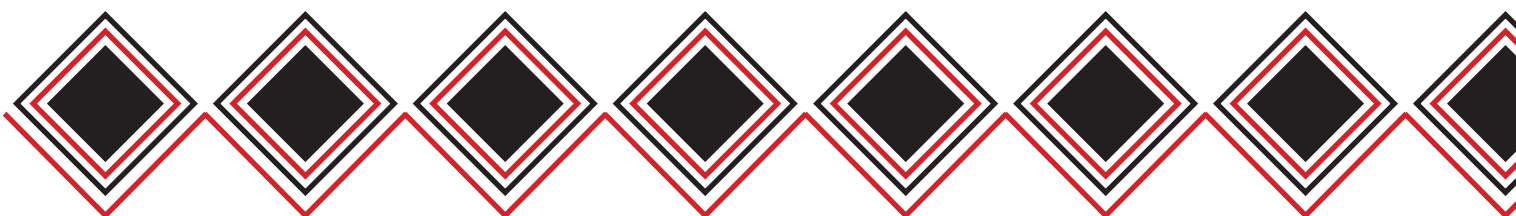
Neste dia, desde as primeiras horas da manhã, a comunidade nos informou que drones sobrevoaram a comunidade, em seguida em meados de nove horas da manhã, já ouvimos relatos de que a comunidade estava sob ataque de comboios de policia, tropas de choque e policiais em posição em helicóptero fuzilavam a comunidade. Nossa equipe devido a distância, chegaram no território somente meados de 14h da tarde, tudo estava sendo atingido por tiros, bomba de



gaz, casas queimadas, e muitos, muitos tiros que vinham de agentes no helicóptero, identificamos imediatamente policiais da tropa de choque, civil, militar, etc. Em um certo momento, com a chegada da nossa equipe passamos imediatamente a ser alvos dos tiros que vinham do helicóptero, o que víamos eram crianças, idosos, mulheres, jovens lutando para não serem alvejados pelos tiros que disparavam sem parar. O helicóptero nem tinha sequer uma descrição que era da polícia, os comandantes da operação alegaram que tudo foi um "sucesso". O massacre resultou em dezenas de feridos, na morte de

Vitor Kaiowá, isso tudo em nome da propriedade privada, em nome agro, em nome do tal "capitalismo", em nome do "agro é o futuro".

A Kuñangue Aty Guasu, seguiu acompanhando e denunciando todo o massacre, retaliações, prisões ilegais, perseguições e outras execuções de lideres da retomada.



Antecedentes históricos da Retomada:

Reservas indígenas e remoções forçadas



O genocídio é legislado, parlamentares aprovaram o PL 490 com unanimidade na câmara dos deputados em Brasília

Originalmente, as 8 Reservas Indígenas destinadas aos Guarani e Kaiowá foram demarcadas com 3.600 hectares (com exceção da Reserva de Caarapó, com 3750). Entretanto, nenhuma delas atende atualmente à esta delimitação total da área: as Reservas, que já se constituem enquanto espaços de confinamento e são resultantes do longo processo de remoção forçada dos Guarani e Kaiowá de suas terras pelo Estado brasileiro, foram drasticamente diminuídas pela pressão das frentes de expansão agrícola e abertura de novas fazendas.

A Reserva de Amambai (também conhecida como Benjamin Constant) foi a primeira a ser reservada pelo SPI, que atendia à lógica de vendas de terra para terceiros que vigorava após a quebra do monopólio da Companhia Matte Laranjeiras. No entanto, a Cia Matte adquire renovação de seus arrendamentos em terras Guaraní e Kaiowá. No caso do processo de revezamento em Amambai, já em 1928, “através do Decreto Estadual n. 835, de 14 de novembro, outros cinco lotes de terra são reservados para os “índios Kaiowá do extremo Sul do Mato Grosso”, no município de Ponta Porá, “para colônias de índios”, todas com uma área de 2.000 hectares, exceto uma localizada no patrimônio União (Amambaí), para compensar parte da área grilada da reserva indígena Benjamin Constant” (B, 2007, p. 5). Ainda, segundo o mesmo autor, “No caso da Reserva de Benjamin Constant, antes mesmo de ser medida, o Governo do Estado concede título sobre parte de sua área para um particular, restando para os índios um total de 2. 429 ha. Para compensar essa parte vendida a terceiros, o Decreto n. 835 inclui um lote de 900 ha.

Logo, se percebe que a grilagem de terras indígenas, o saque e a desterritorialização, que destinaram a terra para “particulares”, foi uma prática recorrente com anuência do Estado brasileiro. Em tempos mais recentes e contemporaneamente, tais práticas se intensificaram e se materializam hoje em grandes fazendas ou, como no caso da área reivindicada pelos Guaraní e Kaiowá da retomada de Guapo'y Mirin Tujury, uma associação de arrendatários cujas terras incidem diretamente na área de diminuição da parcela original da Reserva.

Nhandesy no rezo contra as violações latifundiárias na retomada Guapo'y Mirin Tujury



Arrendamento em terras Guarani

Kaiowá:

Novas modalidades de remoção forçada e as estratégias do agronegócio para violar o usufruto exclusivo

De acordo com as informações colhidas, uma associação de arrendatários ocupam e exploram o território antes da retomada e são os mesmos que arrendam terra na Reserva Indígena de Amambai/MS. Os arrendamentos têm trazido graves consequências ao solo dos territórios indígenas devido ao uso de agrotóxicos nas plantações de soja e milho nesses territórios indígenas. Os agrotóxicos impactam diretamente o solo, o lençol freático, a água potável e a saúde da comunidade indígena. Os territórios Kaiowá e Guarani tem grande número de arrendamentos de terras no MS que atingem, até a presente data, diferentes territórios através de uma pressão diretamente orquestrada pelo estado em conjunto com os grandes ruralistas que governam para interesses próprios.

O estado e os latifundiários por trás do arrendamento violam, deste modo, o princípio do usufruto exclusivo da Terra Indígena que vigora no artigo 231 da Constituição Federal. Violam também o direito à consulta e consentimento prévio, livre e informado acerca de quaisquer empreendimentos em Terras Indígenas, que não podem ser objeto de lucro ou venda para terceiros.

Além dos danos ao solo, o arrendamento se configura como uma nova modalidade de desterritorialização e com profundas consequências na organização social e política Guarani e Kaiowá, pois facilita o ingresso dos interesses do agronegócio que se beneficia de situações de vulnerabilidade ou cooptação de figuras isoladas no interior dos territórios, como recentemente vimos acontecer com o caso do arrendamento em Serrinha, território Kaingang no Rio Grande do Sul. O arrendamento em terras indígenas, assim como o garimpo em terras Yanomami, é uma prática incentivada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e reflete os interesses de aprovação do Projeto de Lei (PL) 191/20 e PL 490/07. A própria FUNAI, através do ex-presidente militar Marcelo Xavier alinhou-se com os interesses do agro - que incentivou por meio de Instrução Normativa, a prática de "Parcerias" entre indígenas e entidades privadas para driblar a legislação e realizar o arrendamento por outros meios, ameaçando a integridade de nossos territórios e de nossas vidas. As retomadas Guarani Kaiowá, em sua resistência, demonstram a importância do acesso às terras ancestrais para recompor a autonomia alimentar e a relação espiritual com as divindades e demais seres que povoam o cosmos mediada pelas boas práticas de cultivo das roças tradicionais (kokue).

Considerações finais

O arrendamento de terras indígenas está intimamente ligado aos ataques às retomadas, ao despejo violento e ilegal ocorrido no dia 25/05 e também, à diminuição e concessão dos territórios originários para novas frentes de privatização e estrangeirização das nossas terras. As ameaças que Guapoy Mirin Tujury vêm recebendo e a violação dos corpos de meninas, jovens, mulheres Kaiowá e Guarani são formas de desmobilizar e suprimir a luta pelo território através de táticas de guerra. O arrendamento está intimamente relacionado, ainda, com a negociação de grandes empresas, do capital e das forças estatais que o regem para vender territórios Kaiowá e Guarani para as mãos dos karai e iniciativa privada para permitir sua exploração e o saque das forças vitais que habitam os territórios ancestrais. Destacamos, por exemplo, o avanço de projetos anti-indígenas bilionários, como a construção da ferrovia chamada “Nova Ferroeste”. Este projeto já emitiu seu Relatório de Impacto Ambiental desconsiderando absolutamente as Terras Indígenas, Quilombolas e camponesas direta e indiretamente afetadas pelo empreendimento e prevê a construção de uma estrada de ferro entre o Mato Grosso do Sul e o Litoral do Paraná. São 1.304 quilômetros de trilhos que irão conectar Maracaju (MS) a Paranaguá (PR), além de um ramal entre Cascavel e Foz do Iguaçu. Esta ferrovia irá atingir diversos territórios Kaiowá e Guarani e beneficiar o agronegócio na exportação de grãos e carnes dos principais pólos produtivos de MS até o Porto de Paranaguá e Santa Catarina.

Para além disso, ainda enfrentamos o julgamento da Tese do Marco Temporal que novamente foi adiado. O julgamento foi retomado e suspenso na quarta-feira, 07 de junho/23, no Supremo Tribunal Federal (STF), após pedido de vista (mais tempo para analisar o caso) do ministro André Mendonça. O ministro Alexandre De Moraes, deu um voto ‘problemático, votou contra o marco temporal mas propôs uma negociação de direitos fundamentais dos povos indígenas. O Supremo Tribunal Federal tem até 90 dias para colocar novamente o caso na pauta de votação. Confira partes do relatório divulgado pela APIB:

“Em relação ao Marco Temporal, ele é uma máquina de moer história. Ele acaba com a história, muda toda a história. Para ele, de 5 de outubro de 88 para trás não há mais história, e sim a partir daquele dia. Ele inverte a lógica também: quem não estava passa a estar, e quem estava passa a ser invasor. Parece que quem chegou nas caravelas foram os indígenas. Reposiciona as pessoas, coloca o colonizador como dono da terra e o indígena como invasor. O Marco temporal nega a presença do indígena neste território e negando a presença do indígena ele nega a contribuição. O Marco Temporal nega as práticas que a gente teve de sobrevivência, nega a nossa ciência, nega o canto, a pintura, a culinária. Nega que esses milênios todos os povos indígenas estiveram presentes e cuidando da biodiversidade então ele nega a contribuição do indígena para o planeta e nega a con-

tribuição do indígena na história nesse então chamado país: Vera cruz, Santa Cruz, Brasil que na verdade poderia ser PINDORAMA².”



Relatório APIB - Marco Temporal

A bancada ruralista segue tentando frear os nossos direitos originários sobre os nossos territórios, pois essa tese diz que só tem direito a terra quem estava de posse dela em 1988. Considerando que o estado de Mato Grosso Do Sul se formou diante do massacre dos povos nativos que aqui viviam - nossos avós e bisavós que, em meados de 1912, foram expulsos e colocados em Reservas Indígenas -, o Marco Temporal se constitui como grande ameaça à retomadas como Guapoy Mirin Tujury e Tekoha Jopara, assim como à totalidade das terras ancestrais Guarani Kaiowá e dos povos indígenas do grande território ocupado pelo Estado brasileiro. Hoje, tudo que pertencia a nós, virou grandes fazendas. A tese do marco temporal é inconstitucional e é uma ferramenta de genocídio. Diante dos fatos acima elencados, solicitamos urgência aos órgãos públicos para que apurem todas as denúncias aqui registradas.

A Kuñangue Aty Guasu e a OKA apoiam a luta dos Guarani e Kaiowá nas retomadas. Nossas organizações seguem os princípios originários Kaiowá e Guarani, sendo a primeira - Kuñangue Aty Guasu - legítima instância de voz, decisão, articulação e representação das mulheres indígenas destes povos. Sobretudo, seguiremos apoiando desde nossa auto-organização e autonomia a justa e legítima resistência ancestral pela retomada dos tekoha.

Agradecemos imensamente a comunidade que nos recebeu, e seguimos em luta pelos nossos direitos constitucionais e originários.



Desenho na parede do barracão na Retomada Guapo'y Mirin Tujury descrevendo como os policiais executaram Vitor Fernandes.

Diante do ocorrido em 24 de junho de 2022, que ficou conhecido internacionalmente como Massacre de Guapo'y, novamente soltamos essa nota:

Acompanhamos o velório de Vitor Kaiowá, morto no Massacre de Guapo'y Mirin Tujury em Amambai-MS. A comunidade está sendo acusada de narcotráfico, de bandidos, de invasores, de terroristas, de paraguaios, etc. Todo discurso de ódio, racismo, calúnias, de criminalização da retomada. Não há um suporte jurídico para a comunidade como um todo, e há relatos de que ainda há pessoas desaparecidas. Agradecemos a todos que estão dando visibilidade a tantas violações a comunidade da retomada Kaiowá e Guarani Guapo'y Mirin Tujury.

O capitão de Amambai, senhor João Gauto, foi acusado de ser o intermediário/autorizado/mediado todo esse massacre. Áudios de negociações dele com o agente da Funai, vazaram publicamente, solicitando a segurança pública para atuar contra a sua própria comunidade. A comunidade desmente os áudios de denúncias caluniosas do capitão contra a retomada e pede justiça pelas vítimas do massacre de Guapo'y. Que os responsáveis sejam punidos, pois o judiciário do MS, está mantendo sob escolta e pode ser encarcerado nas próximas horas, pessoas inocentes da retomada.

Exigimos urgentemente a proteção a Retomada Guapo'y Mirin Tujury em Amambai-MS. Que seja cumprido o levantamento antropológico do território, que faz parte da Reserva Indígena de Amambai (RIA), onde está a segunda maior população Kaiowá e Guarani de MS. A Terra Indígena de Amambai é uma das mais antigas de Mato Grosso do Sul, criada em 1915, pelo antigo SPI (Serviço de Proteção aos Índios), criado pelo Cândido Rondon, em 1910 e que funcionou até 1967, sendo substituído pela Funai, e em 1991 as terras foram homologadas como indígenas.

A imprensa De olho nos ruralistas, divulgou os levantamentos sobre esse território, e quem está de posse ilegalmente desse território nativo Kaiowá e Guarani, nomeada de "Fazenda Borda", com 269 hectares, é o invasor responsável pela empresa VT Brasil Administração e Participação, o fazendeiro Waldir Candido Torelli. Ele possui açougues em São Paulo e várias fazendas no Mato Grosso do Sul.

O secretário da segurança pública de MS Carlos Videira, em coletiva, usou o discurso racista e epistemicida contra os povos originários. Um discurso ruralista, usado em julgamentos de terras indígenas, quando negam a identidade do povo nativo. Ele declara que na retomada de Guapoy Mirin Tujury, há envolvimento de Paraguaiois, e que a comunidade estava sendo mão de obra para a colheita de maçanha. A comunidade nega esse discurso genocida, racista, ruralista e colonial do homem branco para desqualificar o direito ao território originário.

O Mato Grosso do Sul é indígena, as oito Reservas Indígenas criadas desde 1912, foi mediante a massacre e expulsão do nosso povo nativo das nossas terras originárias, e hoje em seus lugares estão as grandes cidades, fazendas, empresas e plantios de soja, milho e cana de açúcar.

A comunidade retomou o território nativo Kaiowá e Guarani Guapo'y Mirin Tujury pela terceira vez no dia 27 de junho/22, no momento do enterro do corpo de Vitor Kaiowá, morto pelos policiais na ação genocida do estado contra a comunidade da retomada. E a perícia do MPF comprovou que não houve destruição em sede de fazenda ocupada por indígenas em Amambai:

"Foi finalizado na quinta-feira (7) e anexado ao procedimento preparatório 1.21.005.001030/2022-21, instaurado para "apurar e acompanhar suposto conflito entre indígenas da aldeia Amambai e forças policiais locais", relatório técnico de vistoria produzido pelo setor de Perícia, Pesquisa e Análise do Ministério Público Federal (MPF).

Trata-se de resultado parcial da perícia antropológica realizada pelo órgão ministerial na área de conflito, entre 28 de junho e 4 de julho. Tanto o relatório técnico quanto o procedimento preparatório que ele integra estão sob sigilo, mas alguns dos elementos colhidos podem ser divulgados sem que haja prejuízo ao andamento das investigações e

são úteis para o esclarecimento dos fatos perante a sociedade.

Narra o documento que a “casa azul”, local de moradia dos antigos caseiros da Fazenda Borda da Mata, ganhou destaque e visibilidade nas narrativas sobre a primeira ocupação realizada pela comunidade indígena, no fim de maio, pois os indígenas, “ao entrarem no território, teriam a tudo destruído e haviam roubado os pertences dos ali residentes, uma família de origem bastante humilde”. Este foi o discurso adotado tanto pelos ex-moradores quanto pelas autoridades de segurança³. ” <http://www.mpf.mp.br/.../pericia-do-mpf-comprova-que-nao...>

Somente depois do enterro de Vitor Kaiowá, conseguimos seguir com o nosso campo, mesmo assim abaladas com muitas perseguições a nossa equipe, por ter denunciado as violações na retomada Guapo’y Mirin Tujury, dessa forma iniciamos o nosso campo de acordo com os nossos planejamentos

Escutas sensíveis, corpos silenciados, corpos presentes

Missão Caiuá

A Missão Evangélica Caiuá há 94 anos junto aos povos indígenas atendendo nas áreas de evangelismo, saúde, educação e ação social, sempre alinhados a preservação de sua cultura.



Desde 1928 cuidando da saúde física e espiritual dos indígenas

Com quase 100 anos de trabalhos, contamos hoje com 7 Campos Avançados, 42 congregações, 1 Hospital e Maternidade, entre outras estruturas para atender os indígenas do Mato Grosso do Sul. Além disso, firmamos parcerias com o Ministério da Saúde para levar saúde para aldeias de todo o território nacional.

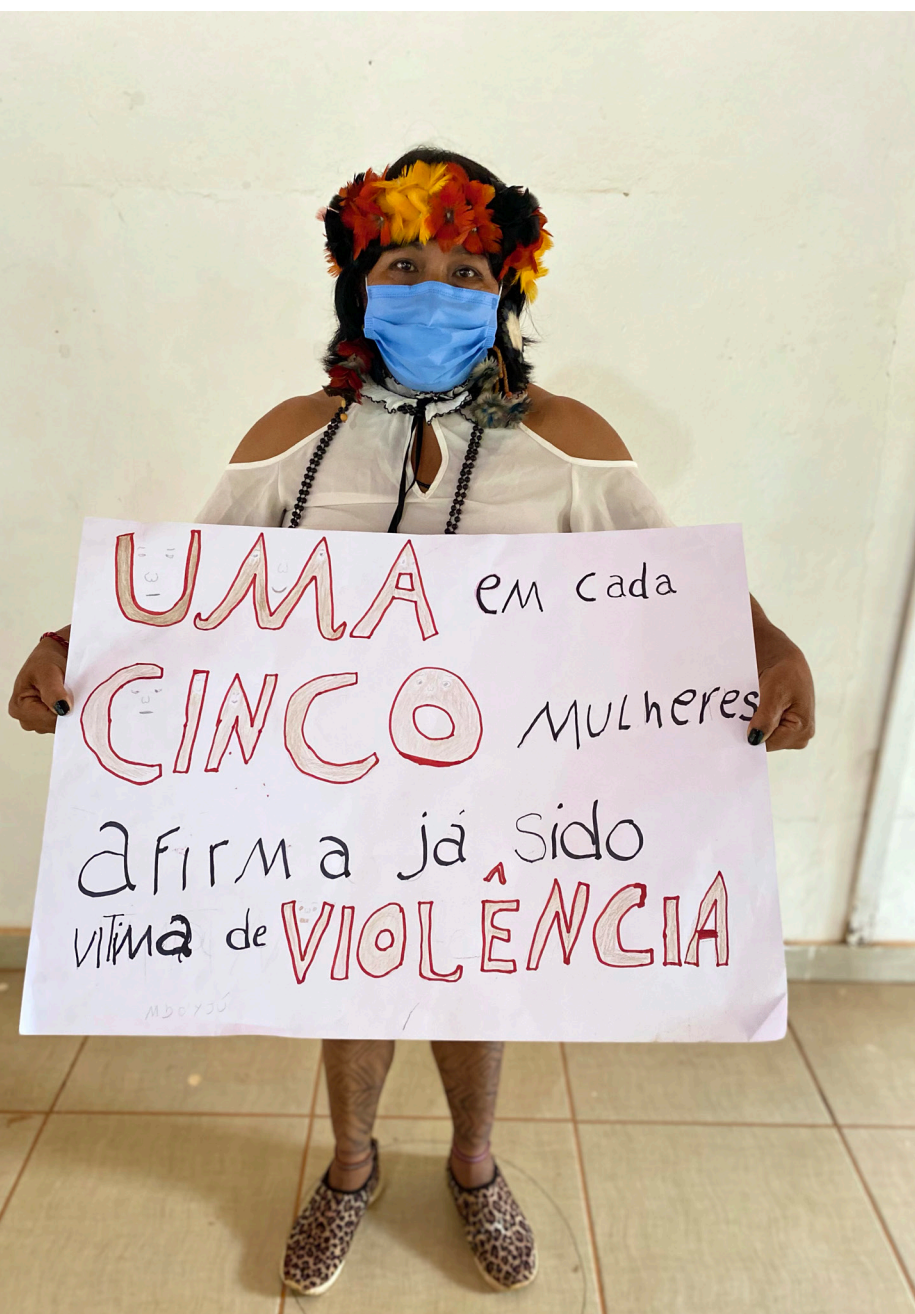
Registro de como a evangelização afetou os modos, costumes e tradições do povo Kaiowá e Guarani - Fotografia retirada do site da Missão Caiuá

Não tem como falar de intolerância religiosa sem falar da invasão aos nossos territórios, a demonização do nosso modo tradicional de ser, as tantas casas de rezas que acompanhamos virando cinzas nos últimos anos, as tantas vítimas que acolhemos, e a maioria delas mulheres idosas. Por que mulheres rezadeiras em tempos contemporâneos ainda são tratadas como bruxas? Por que com o número alto de igrejas neopentecostais em territórios kaiowá e Guarani, a reza, o cuidado da benzedeira, da parteira, os espaços tradicionais passaram a ser demonizados, sendo perseguidas pelas religiões não indígenas?

Nos últimos dois anos os casos de intolerância religiosa aumentaram de forma muito rápida, dos casos que conseguimos registrar:

“O Mapear e indexar um banco de dados específico das lutas das lideranças mulheres através de tecnologia apropriada, servirão de base para realização dos apoios às demandas das mulheres, e sobretudo para a realização de denúncias consistentes de violências contra as mulheres indígenas.”

*Corpos silenciados,
vozes presentes: A violên-
cia no olhar das mulheres
Kaiowá e Guarani 2021.*



O Racismo e a Intolerância Religiosa: as sequelas de invasões (neo)pentecostais nos corpos territórios das Mulheres Kaiowá e Guarani/ MS

Pedimos licença a nossa ancestralidade e as vítimas da violência do racismo religioso e da intolerância religiosa, para aqui tecer sobre esse tema tão dolorido e difícil para nós, essa violência que segue forte nos golpeando, sangrando e nos exterminando desde 1.500 com as invasões e a dominação de diversas religiões em nossos territórios nativos.

Falar do corpo território das mulheres indígenas Kaiowá e Guarani em situação de violência, é gritar uma vez mais em nossos documentos que os olhares humanos precisam se voltar a nós, as mulheres de nosso povo, pois as consequências do racismo religioso tem deixado inúmeras vítimas cotidianamente. E precisamos pautar esse tema de uma forma que abrange as diversas instâncias para que o mesmo seja compreendido como um crime que vem sendo praticado contra o sagrado Kaiowá e Guarani.



**MULHERES KAIOWÁ E GUARANI
VÍTIMAS DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA**

1- O crime de intolerância religiosa, a violência/ demonização contra rezadores e rezadeiras seguem sendo cometidos nos territórios Kaiowá e Guarani

Em 2021 o crime de intolerância religiosa avançou fortemente nas comunidades indígenas, foram nove casos identificados pela Kuñangue Aty Guasu só nos primeiros meses do ano. As mulheres tiveram seus corpos violentados por homens que usavam facas, chicotes, cordas e pedaços de paus para “condená-las”: torturá-las pela prática do que chamaram de “feitiço”.

As mulheres Kaiowá e Guarani violentadas e abusadas tiveram seus corpos cortados com ponta de facas, carregando em suas costas marcas de chicotes de



Casa tradicional incendiada na Reserva Indígena de Amambai em 202.

couro. Ainda, essas mulheres tiveram seus cabelos cortados por facas, e carregavam hematomas físicos profundos em suas cabeças e em muitas outras partes do corpo.

Nos processos de “condenação” pelos neopentecostais, os joelhos das vítimas foram vistos em fotografias sangrando, suas casas foram queimadas, elas foram expulsas das comunidades e carregaram consigo traumas da violência psicológicas, temendo serem queimadas vivas, enforcadas e mortas. Elas foram insultadas e xingadas de bruxas e de feiticeiras. Seguidores escravos da doutrina da igreja pentecostal Deus é Amor, com sede em São Paulo, demonizam o nosso modo tradicional de ser Guarani e Kaiowá. Eles se negam a entender a nossa crença, o processo histórico do nosso povo, nossos conhecimentos ambientais e tradicionais, dentre outros preconceitos.

A igreja neopentecostal, vista como a “correta” para “salvar vidas”, prega a salvação rumo ao “céu”. Nunca nós os condenamos por serem de religiões pentecostais. São eles quem condenam nossas anciãs rezadeiras, produzindo uma guerra religiosa que atravessa nossos corpos e nos violentam fortemente.

As Nhandesy torturadas, em sua maioria, são mulheres idosas e suas filhas têm pouco contato com o espaço urbano. Essas mulheres são condenadas à morte por simplesmente manterem a prática dos cuidados com as plantas medicinais e a reza. Os vídeos e fotografias que chegam até nós são de mulheres que têm a sabedoria da medicina natural, fazendo as curas das doenças com remédios do mato, bem como o secular trabalho de cuidado com as gestantes.

Em novembro/2020, em meio à assembleia da VIII Kuñangue Aty Guasu lançamos o documento *Corpos silenciados, vozes presentes: A violência no olhar das Mulheres Kaiowá e Guarani - Hete kirirîm ayvu jekaa tekovai, kuñangue*. Neste documento, denunciemos o crime de intolerância religiosa ao Estado brasileiro, com denúncias consistentes de violências contra as mulheres indígenas através de diversos relatórios da assembleia das mulheres Kaiowá e Guarani. Ficaram evidentes que esta não é a primeira vez que buscamos ajuda, gritando por socorro de apoio e proteção à vida das Mulheres Kaiowá e Guarani. Após as denúncias, mínimos são os resultados, contribuindo para o avanço da violência contra os nossos corpos. Enquanto aguardamos a resposta do Estado brasileiro e encaminhamentos das torturas e abusos sobre os nossos corpos, nós, defensoras de direitos humanos e representantes da Kuñangue Aty Guasu, também fomos perseguidas e ameaçadas de morte. As violências ganhavam forças e avançaram em paralelo às construções de igrejas pentecostais nas comunidades, dentro das reservas indígenas e nas retomadas.

As igrejas entraram em massa nas comunidades indígenas nos últimos anos, inferiorizando a cultura tradicional e desvalorizando os conhecimentos tradicionais de nosso povo. Os pastores usam as igrejas como instrumento para impedir e de-

sorganizar uma estrutura tradicional que o povo Kaiowá e Guarani vêm ao longo do tempo, lutando para reconstruir a despeito das graves consequências deixadas pela colonização que segue forte contra nossos corpos, costumes e tradições.

Os crimes de intolerância religiosa sempre estão presentes em forma de denúncias em nossas faixas, reafirmamos que sem as nhandesy e nhanderu, não há retomada. Nas palavras de uma nhandesy presente, o que protege [a terra] é Kandiré Guasu, a mãe terra, que guia as mulheres – é o guardião das mulheres. A nhandesy é um instrumento sagrado desse ser-espírito, que dá conhecimento, a maneira de trazer a cura através do canto sagrado da terra.” Por isso, as nhandesy e nhanderu são os maiores protagonistas de nossa caminhada.

O estado de Mato Grosso do Sul tem sido palco de violências de racismo religioso. Igrejas pentecostais e neopentecostais que atuam nas aldeias têm fomentado ódio e a intolerância contra as práticas tradicionais. De acordo com a investigação realizada pela Kuñangue Aty Guasu já foram registrado diversos casos de tortura física e psicológica por parte de membros de igrejas pentecostais e neopentecostais.

As perseguições religiosas por parte da Igreja Pentecostal e Neopentecostal, ameaças de morte e extermínio foram revelados no nosso encontro. Questões importantes foram expostas, a exemplo dos questionamentos:

“Quando um rezador(a) entrou na Igreja e queimou a Igreja? A gente não faz isso. A gente respeita. Eles que não respeitam o nosso modo tradicional. O que ela pratica é o bem. Tem que conhecer. E é inclusive um olhar colonial que julga e persegue e acusa a reza de algo ruim, porque não conhece”. Nhandesy R.



**MULHERES KAIOWÁ E GUARANI
VÍTIMAS DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA**

Através do canto sagrado, as Nhandesy em conjunto com os Nhanderu, são instrumentos para acessar o sagrado desse ser-espírito que, através da terra e do canto, traz conhecimento e cura. A Nhandesy R. menciona que ocorreu um acidente na Aldeia e foi responsabilizada por ter feito “feitiço”, inclusive recebeu ameaças de morte. Ela não suporta mais ouvir isso, pois enfraquece o seu lado espiritual. A Nhandesy e parteira K.Y, relata que vem sendo perseguida pelas lideranças do capitão e da polícia.

Segue os trechos do relatório **CORPOS SILENCIADOS, VOZES PRESENTES: A VIOLÊNCIA NO OLHAR DAS MULHERES KAIOWÁ E GUARANI 2021.**

“A demonização da cultura Guarani e Kaiowás, costumes e tradições vem de um processo histórico de colonização muito forte. A criação das oito Reservas Indígenas Guarani e Kaiowá contribuiu muito para que houvesse uma dizimação e demonização das nossas ancestralidades Guarani e Kaiowá.

Casas de rezas estão sendo incendiadas, mulheres anciãs e anciões estão sendo criminalizadas pelo discurso da igreja, tidos como feiticeiras, bruxas, torturadas, estupradas, até ameaçadas de serem queimadas. O nosso sagrado está sendo atacado de uma forma muito violenta, e também denunciei isso em 2019, e acredito que seja esse um dos motivos de ataque e perseguição a minha pessoa A.K/2019.

Essa violência hoje se estendeu muito a ponto de voltar a época da ditadura militar, mulheres indígenas, anciãs e anciões estão sendo perseguidas e criminalizadas. E o povo com características de crentes da igreja pentecostal estão agredindo fisicamente, torturando, perseguindo e cada vez mais demonizando o nosso povo.

Essa é a violência imposta pela classe dominante, pois foram eles (karai) que trouxeram a igreja para dentro das Reservas Indígenas, nós não somos contra a igreja, desde que eles nos respeitem enquanto um povo tradicional. Mas esse respeito não existe, o que segue é a violência contra o nosso povo tradicional.

A igreja na voz das mulheres Guarani e Kaiowá (relatos colhidos na VI assembléia da Kuñangue Aty Guasu/2017) é uma privação da liberdade e prisão. Mulheres seguem uma doutrina rígida, precisam cobrir seus joelhos com uma saia, homens usar ternos e camisetas e mulheres camisetas e saias. Elas não podem usar nenhum calçado com maiores detalhes, não podem cortar os cabelos e prega o fim do mundo, o céu como salvação, o inferno como a condenação dos indígenas que não seguir essa igreja e condenam a cultura tradicional dos povo Guarani e Kaiowá, se referindo as Nhandesys que trazem em seus relatos que são tidas como bruxas feiticeiras na visão da igreja pentecostal.

As igrejas avançam fortemente dentro das Reservas Indígenas, e mulheres indígenas trazem relatos de que doam 30% da sua Bolsa Família como Dízimo, um meio de se manter fiel aquela religião. Elas trazem relatos de que a igreja oferece um

meio de força em meio a todos os desafios do confinamento da RID, mas que é uma extrema pregação que causa medo no futuro.

O grande rezador Guarani e Kaiowá Ñamoi A. relata que por inúmeras vezes sofreu perseguições de intolerância religiosa, o que ele se refere como perseguição por ele rezar, praticar a cultura tradicional Guarani e Kaiowá. Ñamoi A. e a Ñandesy A. relatam a Kuñangue Aty Guasu que a igreja é uma forma de calar o indígena frente a sua luta, pois diante de um processo de retomada, quando o povo reivindica e ocupa a terra que pertence ao seu povo originário, a seus antepassados a igreja não está presente, e sim o rezador, a rezadora, as mulheres que não são crentes, jovens e crianças que não frequentam a igreja pentecostal. E é através do Nhembo'e que conseguem conquistar a terra, fazer dela o caminho de luta e resistência frente ao processo de demarcação e homologação das terras indígenas Guarani e Kaiowá.

Dona H. Ñandesy relata que a igreja pentecostal já levou alguns jovens ao suicídio, devido a família seguir aquela religião o jovem e a jovem também são obrigadxs a seguir. Porém no auge da sua juventude privados pela doutrina da igreja, muitos jovens *amigam (termo usado quando o jovem e a jovem vão morar juntos em uma relação conjugal). Outros acabam saindo de casa, e no momento da desvinculação da família acontece o *desvio (quando não segue mais a doutrina da igreja), neste momento o jovem e a jovem estão mais vulneráveis, é onde acontece o suicídio, relatou a Ñandesy.

A relação do homem com sua esposa nas igrejas pentecostais é totalmente *patriarcal, quem toma posse do microfone são os homens, quem prega o evangelho da Bíblia são os homens, quem faz o ritual da *Santa Ceia (quando os crentes praticam a antropofagia que é bebendo vinho e pão como se fosse o sangue e o corpo de Jesus Cristo) são os homens. A mulher tem direito de uma vez na semana em fazer o culto dominado somente pelas mulheres, assim como a juventude tem direito de uma vez e que seja de preferência aos sábados.

Pela cidade, pelas ruas, pelos territórios, nos deparamos com muitos corpos Guarani e Kaiowá cobertos e dominados pela doutrina da igreja pentecostal. Sujeito a isso de geração em geração as meninas e mulheres não têm liberdade sobre o conhecimento do seu corpo, não tem liberdade do seu corpo, tem vergonha do seu corpo.

O sexo, a menstruação são ainda um tabu dentro dos territórios indígenas, são poucas as aldeias que tem o ritual do Koty, ritual da primeira menstruação onde a menina fica trancada de cinco a sete dias durante a menstruação, recebendo rezas e remédios do Mato, o Pohã Roysã, ritual esse que prepara o corpo dela fisicamente e espiritualmente. Na igreja não existe esse ritual do Koty, não tem preparo nenhum no modo de ser Guarani e Kaiowá da menina na primeira menstruação.

Em três entrevistas de intolerância religiosa, que a Kuñangue Aty Guasu acompanhou teve três depoimentos muito fortes, eis parte do depoimento abaixo:

Março de 2020 Kuñangue Aty Guasu recebeu a denúncia de que Nhandesy e Nhanderu da cultura tradicional Guarani e Kaiowá sofreram a violência de intolerância religiosa. Informações chegaram com fotografias que dona *I.A.J. foi espancada antes e após desmaiar no Território Indígena Panambizinho que pertence ao distrito de Panambi, Dourados-MS.

Na quarta feira 18 de Março de 2020, as nove horas da manhã o conselho da Kuñangue Aty Guasu representada por uma das organizadoras da Assembleia da Kuñangue Aty Guasu Kuña Aranduhá esteve se deslocando para o território indígena Panambizinho para apurar os ocorridos do Crime de intolerância Religiosa.

A primeira escuta foi com a Ñhandesy R. C. J., 58 anos, da etnia Kaiowá, que relatou que houve um acidente no Anel viário na noite do dia 14 de Março de 2020, onde vieram a óbito cinco indígenas que estavam se deslocando de carro pelo anel viário onde em circunstâncias apuradas pela polícia local ocorreu o acidente onde o carro bateu de frente com um caminhão bitrem que faz o transporte de cana de açúcar, o caminhão com o impacto da batida arrastou o carro por aproximadamente cinquenta metros, todos os passageiros do carro vieram a óbito, o motorista do caminhão sobreviveu.

Dona R. relata que diante desse ocorrido, por ela fazer parte de um tronco familiar de rezadores, e o seu esposo V.O. A., 61 anos, da etnia Kaiowá, ser liderança indígena, foram acusados de terem feito o mal Mohãin Japohá (feitiço/macumbaria). Quem faz essa acusação é a dona I.F.A. e sua família, ambos também residentes na Terra Indígena de Panambizinho, ambos acusaram durante o velório em público dona Rosely e seu Valdomiro de serem os assassinos das cinco vidas que vieram a óbito no acidente. Ela vem de um histórico de violência praticadas contra as Ñandesys, e foi pertencente a Pentecostal Deus é amor.

Dona I. traz em sua fala a repressão que a igreja dentro de territórios indígenas faz à cultura Guarani e Kaiowá. A demonização de rezadores é nítida em sua fala, que acusou dona R. do primeiro caso de levar nomes da comunidade às assembleias indígenas para praticar o mal de forma espiritual a essas pessoas, criminalizando o movimento indígena Guarani e Kaiowá.

Dona I. faz ameaças de morte e junto traz calúnias e difamação em público a família de dona R. e seu V. A Nhandesy relata que diante das ameaças fortes que recebeu durante o velório ela se retirou indo para sua casa, pois ficou com medo do que poderia vir acontecer no decorrer da noite.

Em outra situação de crime de intolerância religiosa, após saída da Nhandesy R. e sua família do local os ataques verbais passarão a ser direcionados às demais

Nhandesy's que também participam ativamente de Aty Guasu e Kuñangue Aty Guasu, ambos assembléias Guarani e Kaiowá, espaços de decisões importantes do nosso povo.

A Nhandesy Dona I. A. J. , 59 anos, ficou no velório realizando o ritual da Reza, cuidados espirituais fúnebres. A família de dona Iracema começou a atacar verbalmente dona Ivone e sua família. Acusando-a de feiticeira, bruxa, assassina, etc. Dona I. disse que quando percebeu que seu filho estava sendo atacado fisicamente, percebeu que o mesmo já estava desmaiado diante das pancadas que levou do esposo da Dona I. , o senhor L. J.

Dona I. então se aproximou e pediu para L. parar de espancar o filho dela, quando imediatamente ele partiu para cima de dona I. e a golpeou com um soco do lado direito do seu rim, a deixando sem fôlego, e imediatamente segurou em seu pescoço, apertando sua garganta com as mãos, esganando dona Ivone que aos poucos foi perdendo a força física, logo ele soltou e começou a dar vários socos na cabeça de dona I. e batendo sua cabeça contra o chão, e soltando várias palavras e frases de calúnias e difamação. L. e Dona I. gritavam ao público que ela deveria morrer, que eles matariam ela e sua família, acusando a mesma da prática do Mo-han Japinha (feiticeira).

Dona I. disse que outro filho dela chegou e mediante a isso conseguiu com que a violência, o espancamento, o crime de intolerância religiosa, violência doméstica fosse cessada ali. Porém a violência verbal continuou, e dona I. conseguiu ir para sua casa.

As Nhandesy relatam que a família de Dona I. é extensa, e continuam fazendo ameaças de morte à família das duas. A Nhandesy do relato II, afirma que não é a primeira vez que agridem ela fisicamente e verbalmente. Que já tiveram outras vezes onde ela foi agredida e teve lesões no corpo. Porém ela nunca teve condições de chegar até a delegacia para denunciar, devido a distância da delegacia da mulher do Território Indígena e a não condição de chegar até o local.

As não providências em relação aos casos de intolerância religiosa faz com que as rezas, os rituais tradicionais, sejam abafadas/silenciadas. Pois não há uma discussão legal de proteção as Nhandesys em situação de violência.

O terceiro caso de situação de Intolerância religiosa aconteceu em 2019, e mediante denúncias da Kuñangue Aty Guasu, o Brasil inteiro teve acesso ao vídeo onde a Nhandesy é torturada, espancada a ponta de faca na companhia de sua filha, ambas torturadas por seis homens e uma mulher, crentes da igreja pentecostal Deus é Amor.

Abaixo descrevemos/traduzimos as cenas do ocorrido que foi gravado e divulgado pelas comunidades/organizações indígenas.

Traduzindo o vídeo - Tortura contra duas mulheres na região de Taquaperi. Uma suposta acusação de feitiço contra um irmão de um dos crentes de camiseta lilás, estilo crente de pentecostais que aparece primeiro no vídeo.

Homem de camiseta lilás estilo crente de pentecostal: - O que foi que sua mãe soltou na água? soltou pregos na água! Depois que soltou as pernas do meu irmão parece estar pegando fogo (uma voz de mulher fala no fundo "já sarou um lado as pernas"). Estamos sendo bons com vocês, se não já pegaria a faca para degolar vocês! Você gosta da sua família, eu gosto do meu irmão, da minha mãe e dos meus parentes assim como vocês. Você sabe "minha irmã" (coloca as mãos na cabeça da mulher de camiseta listrada, inclinando a cabeça dela para trás) que a sua mãe faz isso e você nega.

A mulher de camiseta listrada se defende: - Se a minha mãe fizer isso, é claro que eu vou contar para vocês.

O homem de camiseta lilás estilo crente de pentecostal continua: - ela disse que você trabalha com ela (se referindo a mulher de camiseta listrada).

A mulher de camiseta listrada se defende: - Ela está mentindo.

O homem de camiseta Lilás estilo crente de pentecostal vira a senhora de camiseta azul e diz: - Você me disse senhora que essa mulher aqui trabalha com você. E meu irmão viu que vocês são em três pessoas. Ela (se refere a mulher de camiseta listrada) amarra a cabeça e você coloca venda nos olhos.

A voz de uma mulher diz no fundo: - é ela que eu conheço bem, ela e a outra...

O homem de camiseta lilás estilo crente de pentecostal insiste: - tem um velhinho junto que não conheci' (se referia/reproduzindo a fala de outra pessoa que disse conhecer as três supostas pessoas).

O homem de camiseta preta, boné e óculos escuro entra na conversa e diz: - quem é essa pessoa" (se refere a terceira pessoa, o senhor idoso já mencionado acima), quem é essa pessoa, são três pessoas, onde estão?

A senhora de azul pressionada responde: - eu não sei quem é, não sei quem é...

Outra mulher no fundo responde: - É um velhinho que sempre está com os olhos vendados deve ser o esposo dela (se referindo a senhora de camiseta azul).

O cara de roupa social de crente camiseta branca diz: - é aquele que mora perto da casa dela, quem é? quem é a pessoa que mora perto de sua casa? (aponta o dedo para a senhora de azul).

A senhora de camiseta azul responde: - Mas não tem ninguém morando próximo a minha casa.

O cara de roupa social de crente camiseta branca continua: - não é aquele próximo a sua casa, é próximo a casa do "irmão".

Outra mulher reforça a fala para a senhora de camiseta azul: - quem é a pessoa que mora próximo a sua casa próximo a casa do irmão?

O cara de roupa social de crente camiseta branca insiste: - tem seu sócio, tem seu sócio...

O cara de camiseta preta, boné e óculos escuro afirma: - depois do meio dia, vocês já vão confessar um pouco, podem confessar se vocês amam a vida de vocês.

Outra voz masculina fala no fundo: - contém logo, contém tudo...

O cara de camiseta preta, boné e óculos escuro continua: - contém tudo, contém tudo para vocês irem tomar tereré, ir para casa tranquilo e para quem está doente curar tranquilo.

Várias vozes pressionam as duas mulheres... Uma voz masculina no fundo diz: - quem aí tem faca? vou arrancar as orelhas delas.

Nesse momento o cara de roupa social de crente pentecostal com um facão na mão chega na frente da senhora de azul aponta o facão para ela e diz: - quem é a outra pessoa, quem é a outra pessoa? como é o nome dessa pessoa...

A mulher de azul sem defesa nenhuma diz: - eu não sei o nome, não sei quem é...

O cara de roupa social de crente pentecostal ameaça/leva o facão em direção ao pescoço da mulher, como se fosse degolar... e a senhora de camiseta azul responde: - 'Amélia'.

E o cara de roupa social de crente pentecostal aponta para a mulher de camiseta listrada e diz: - Ela também trabalha com você?

A senhora de camiseta azul responde: - Não.

E a cara da roupa social de crente pentecostal continua: - e quem é a outra sua filha?

O povo no fundo diz: - mas quem é amélia? Amélia ou América?

Uma voz feminina no fundo diz: - por que está contando tudo errado, está mentindo, conte a verdade.

Outra voz de outra mulher de vestido amarelo diz: - Quem mora perto de sua casa que chama Amélia?

A senhora de camiseta azul responde: - SIM.

A mulher de vestido amarelo insiste: - Essa mulher que trabalha com você?

A senhora de camiseta azul responde: - NÃO!

E o cara de roupa social de crente pentecostal que ameaçou a senhora de camiseta azul de facão diz: - eu quero que me falem a verdade não fique culpando os outros.

Clima tenso e a senhora de azul respondeu: - não tem outra pessoa é somente eu. Neste momento o outro cara de camiseta amarela e boné preto diz para a mulher de camiseta listrada: `` e você também trabalha? confessa que você trabalha também. Ele encosta a faca próximo o pescoço da mulher de camiseta listrada, pressiona ela e bate nas costas da mulher do lado esquerdo com o lado contrário do facão dizendo: - conta para mim, você trabalha também? Eu não gosto de ficar insistindo/não tenho paciência, você trabalha também?

E a mulher de camiseta listrada acuada massageia as costas com a mão esquerda e responde: - Eu não trabalho.

E o cara de camiseta amarela e boné preto continua: - E como que o cara que está doente viu vocês? foram vocês que ele viu.

Outra voz feminina no fundo diz: - Ela é assim mesmo, ela não vai contar (se referindo a mulher de camiseta listrada).

E o cara de camiseta amarela e boné preto diz: - Ela é assim, ela não vai confessar.

Outra voz feminina no fundo diz: - Degola logo ela!

A Kuñangue Aty Guasu também acompanhou mais dois casos de crimes contra rezadores e rezadeiras em plena pandemia COVID19.

A organização de mulheres indígenas Kuñangue Aty Guasu - Grande Assembléia Das Mulheres Guarani e Kaiowá vem através desta denunciar ao Ministério Público Federal e buscar proteção para duas Jarys Nhandesys (Rezadeiras) Ivone Argemiro Jorge, Roseli Concianza Jorge e o Nhamõi Nhanderu Valdomiro Osvaldo Aquino, ambos residentes no Território Indígena Panambizinho, localizado no Distrito de Panambi, município de Dourados-MS.

Infelizmente estamos diante de uma pandemia que ronda o mundo, o COVID19, fazendo várias vítimas, porém nós com todos os cuidados continuamos a nossa caminhada, pois tem ajudas humanas que não podem parar. Não sabemos como estão funcionando os atendimentos do MPF de Dourados-MS. Mas aqui viemos encaminhar a denúncia onde essas duas mulheres anciãs indígenas citadas acima e o Nhanderu estão em situação de risco, segundo relatos levantados pela Kuñangue Aty Guasu em 18 de Março de 2020, podem ser assassinadas a qualquer momento.



Nhandesys na reza durante a Pandemia Covid 19.

2- Casas de rezas e objetos sagrados queimados criminosamente

Retomada de Itay Ka'agwyrusu, município de Douradina/MS



Queima da casa de reza em Itay, 29 de dezembro de 2021. Fonte: Kuñangue Aty Guasu



Queima da casa de reza na Aldeia Guapo'y, Reserva Indígena de Amambai, 02 de outubro de 2021. Fonte: Kuñangue Aty Guasu

Intolerância religiosa, racismo religioso e casa de rezas incendiadas em comunidades Kaiowá e Guarani

Relatório elaborado pela Kuñangue Aty Guasu e pelo Observatório da Kuñangue Aty Guasu (O.K.A) para subsidiar encaminhamentos a respeito da intolerância e racismo religioso, bem como as queimas das casas de reza (oga pisy) em comunidades Kaiowá e Guarani no cone sul do estado do Mato Grosso do Sul junto à Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública Estadual do Mato Grosso do Sul (DPE-MS).

Dourados, fevereiro de 2022.

Durante os dias 7, 8 e 9 de fevereiro de 2022, a Kuñangue Aty Guasu (Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani), o Observatório da Kuñangue Aty Guasu (O.K.A), a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Regional de Direitos Humanos (DRDH) percorreram três diferentes territórios Kaiowá e Guarani, nomeadamente: 1) Reserva Indígena de Amambai; 2) Terra Indígena Rancho Jacaré; 3) Retomada Itay Ka'agwyrusu.

O objetivo deste percurso foi realizar o acompanhamento dos recentes casos de incêndios com indícios de crime provocados contra as casas de rezas (oga pisy), assim como agressões, ameaças, torturas e tentativas de homicídio contra nhanderu (rezadores) e feminicídio contra as nhandesy (rezadoras), vindo de membros de igrejas pentecostais - em específico, a Igreja Deus é Amor. Nas referenciadas localidades, possibilitamos evidências via registro audiovisual, levantamento de dados, produção de relatórios, acompanhamento jurídico, antropológico e psicossocial, assim como o encaminhamento das incumbências da DPU e DRDH para dar sequência à resolução dos fatos ocorridos, no sentido de impedir a continuidade das violações de direitos dos povos originários materializada na queima de um dos mais sagrados símbolos da ancestralidade Kaiowá e Guarani - a consequência disso são os danos físicos, espirituais, psicológicos e materiais contra os guardiões de nossa ancestralidade, representados nas figuras dos anciãos e anciãs violentadas (os) junto com a parcelas consideráveis de suas famílias.

Estamos localizados no Mato Grosso Do Sul (MS), onde está o povo Kaiowá e Guarani. Somos a segunda maior população indígena do país, somando aproximadamente, 58.000 habitantes nativos (SESAI 2019). Ademais, ano após ano o Mato Grosso do Sul é considerado um dos líderes de violência contra os povos indígenas (ver relatório anual do Conselho Indigenista Missionário), sendo o povo Kaiowá e

Guarani os principais afetados pela conjunção de violações de direitos e da vida humana cometidos por diferentes esferas que abrangem o poder público, empresas privadas, proprietários rurais, igrejas/missionários e o próprio Judiciário.

Historicamente nosso povo foi forçado a deixar os territórios nativos e foram obrigado a viver em oito Reservas Indígenas em MS e tudo o que pertenceu aos nossos avós e bisavós foi loteado; se formaram grandes fazendas e cidades e imensas plantações de soja, milho e cana de açúcar. Hoje, nitidamente segue o projeto de exploração e destruição do que resta do solo, assim como dos rios para irrigar as roças do agronegócios e nossos territórios continuam a ser envenenados. Uma das testemunhas da queima do incêndio da casa de reza relata já no auge da sua idade avançada a remoção forçada dela e da comunidade de sua região: “Fomos colocadas em gaiola e levados para o rio Apa e lá foram contratados seguranças privados para nos exterminar no meio da mata, mas sobrevivemos pela reza” - relata a nhandesy. Ela traz várias lembranças de que sempre houve inúmeras tentativas de silenciar a reza Kaiowá e Guarani, assim como tudo que pertence ao povo tradicional. Ela viu seus companheiros morrerem nessa retirada forçada de sua comunidade e depois de dias lutando para voltar ao seu território originário, ela conseguiu chegar novamente. Porém, já havia ali vários capangas de fazendeiros na região, seguranças armados e parte da mata que pertence ao território dela já tinha sido exterminado. Dessa forma, os não indígenas ocuparam o território sagrado do povo dela. Ela diz que a reza foi quem a salvou e, assim, ela fez a retomada de seu território novamente junto com companheiros de sua comunidade que sobreviveram a remoção forçada. A nhandesy afirma que esta não é a primeira casa de reza que foi incendiada em seu território e reflete o quão é violento é não respeitar e violar os espaços sagrados que ela deseja deixar como uma herança nativa para os seus netos: “na luta pelo território, a reza nos fortalece, pois a igreja não nos salva durante a retomada” comenta a nhandesy.

Cada período histórico possui relação com as práticas missionárias no interior das aldeias, desde sempre estimuladas por países europeus como nas inestimáveis perdas causadas pelo início da colonização. Há de se recordar que a Companhia de Jesus e o avanço dos jesuítas sobre o território atualmente ocupado pelo Estado brasileiro possuiu forte caráter bélico, desde as primeiras missões que ocuparam a região dos Itatines no século XVII e sua alternância com as ofensivas do bandeirantismo. Dito processo se intensificou no século XIX após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Não por acaso, acompanhando o massivo desterro provocado pela Cia. Matte Larangeira, fontes históricas demonstram que os missionários deveriam “catequizar e adaptar os indígenas ao convívio com a sociedade brasileira” (Eloy Amado, 2020).

É evidente, deste modo, que os casos de intolerância e racismo religioso aqui tratados não derivam de um primeiro contato dos Kaiowá e Guarani com o cristianismo: são resultado de métodos, ideologias, relações políticas e sociais, assim como

das características mais marcantes das formas de violência evangelizadora perpetradas pela tríade Estado-Igreja-Empresa - afinal, o que é a sociedade brasileira para a qual o assimilacionismo/integracionismo pretende “adaptar” os povos indígenas? Recorremos a João Pacheco de Oliveira (2016) para o melhor entendimento de nosso argumento:

Extermínio e tutela são os nomes de dois aspectos da colonização, que nas autorrepresentações nacionais aparecem como antagônicos, mas que na prática constituem aspectos alternados e solidários da ação colonial. A expansão do sistema econômico e político e a formação da nação não prescindiram jamais de um discurso civilizatório e da criminalização do outro, inclusive com a inculcação de narrativas e imagens que permitiram justificar ações repressivas e, no limite, genocidas. (p. 19)

Como princípio basilar de nosso relatório, reiteramos as consequências nefastas e devastadoras contemporaneamente sentidas e percebidas nos tekoha, causas das transformações e práticas etnocidas que resultam da atuação de missionários e da evangelização/conversão forçada - como as remoções - que transparecem como a solda do paradigma tutelar e integracionista que vigorou em especial após o surgimento do Serviço de Proteção ao ‘Índio’ e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN, posteriormente SPI), em 1910, cuja lógica é hoje replicada pelas políticas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na figura de sua atual presidência.

Com o surgimento do SPI, são fundadas as Reservas Indígenas, espaços de confinamento criados com objetivo de liberar as terras indígenas para a colonização. Junto às reservas, são criadas também pelo estado a figura do Capitão e do Chefe de Posto, instituídos para gerar ferramentas internas de controle com anuência e coordenação estatal, cumprindo papel de polícia/milícia e de instauração de rígida hierarquia, mediando os interesses do Estado no interior das Reservas.

Em muitos casos, a capitania é responsável pela mediação da atuação das igrejas no interior das Terras Indígenas, sendo frequentemente composta por pastores representados no sistema de poder da capitania que co-gestionam com o Estado brasileiro (Ferreira, 2013). Ainda, as capitanias dialogam diretamente com as empresas que, por meio de cabeçantes, conduzem massas de indígenas às novas modalidades de trabalho compulsório/super explorado no corte de cana-de-açúcar, em frigoríficos e colheita de maçã no sul do país, entre outros - muitos dos quais, recentemente, através de registros audiovisuais e denúncias formais, foram espaços de trabalho e empresas denunciadas por trabalho escravo.

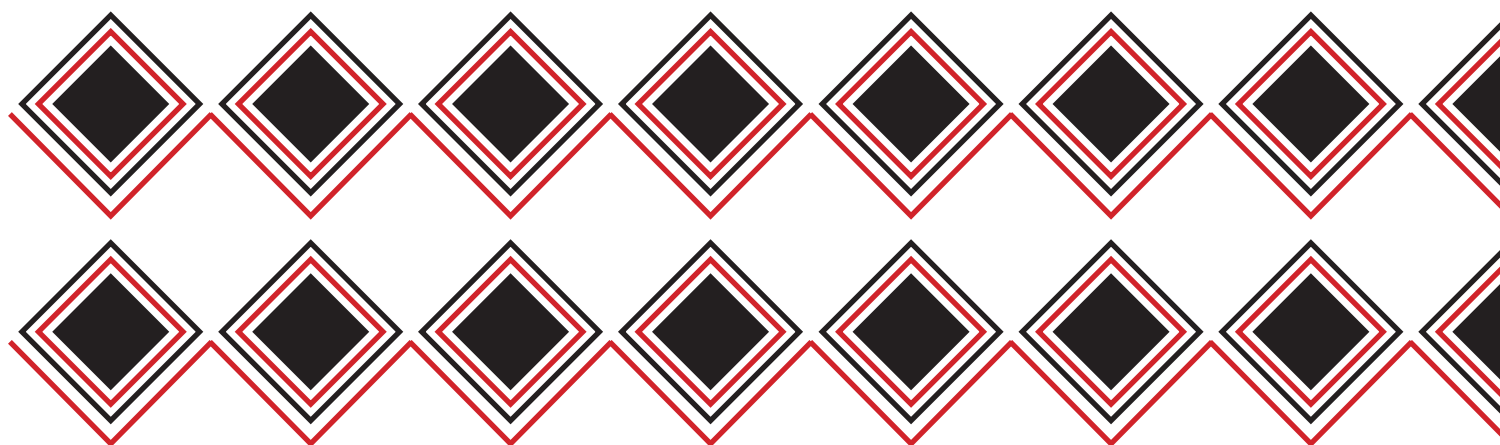
A queima das casas de rezas e a perseguição, ameaça e tortura dos nhanderu e

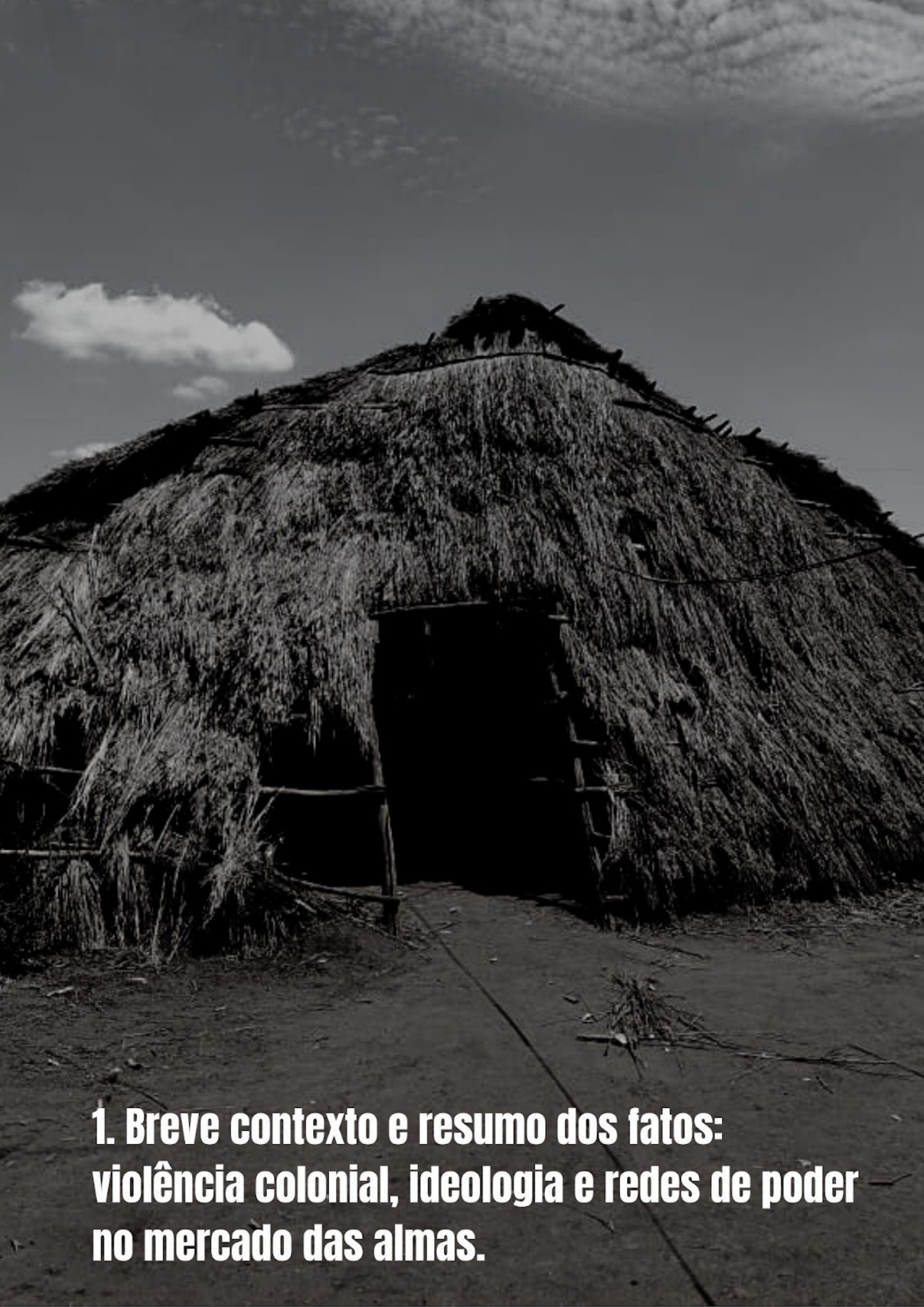
nhandesy não se desvinculam da realidade histórica de dizimação de nosso povo. O próprio termo “índio”, que ensinam na escola, nas aulas de história, é uma consequência do colonialismo, pois classificar centenas de povos originários demonstra um poder de exercício colonial. O histórico da evangelização é um processo do apagamento da história e as consequências aos nossos modos de vidas são graves, pois todas as regras já citadas acima, da pentecostal Deus é amor, assim como a bíblia, passam a ser instrumentos de modificação das comunidades indígenas em troca da tal da “salvação da alma”. Isso causa apagamento e silenciamento de nossa história: o genocídio do nosso povo. Essa violência colonial entre povos nativos, igreja e Estado é um debate necessário, pois demonizar os nossos modos tradicionais faz parte da catequização desde as missões religiosas. A catequização agora segue com regras e doutrinas mais rigorosas ainda, como as que são vindas da pentecostal Deus é amor, junto ao discursos do governo brasileiro que segue contribuindo para o divisionismo entre povos indígenas - processo expresso na máxima “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”.

Isso torna o processo de evangelização ainda mais forte, pois o atual presidente incentiva a entrada de missionários em territórios indígenas, assim como de militares, e os ambos passaram a ocupar as instituições públicas indigenistas, como a Fundação Nacional Do Índio.

Em 2016, a relatora especial da organizações das nações unidas (ONU) Victoria Talli-Corpus, após visita ao Brasil, constatou em seu relatório que os povos indígenas no Brasil vivem sob total violência e sob uma ausência de direitos, sendo uma dessas a violência contra mulheres e crianças indígenas (ONU, 2016).

As palavras e narrativas das anciãs entrevistadas pela Kuñangue Aty Guasu e pela O.K.A junto à DRDH ilustram diretamente este argumento. Não são, portanto, conflitos internos: são as faces mais cruéis da colonialidade





**1. Breve contexto e resumo dos fatos:
violência colonial, ideologia e redes de poder
no mercado das almas.**

A Kuñangue Aty Guasu, fundada em 2006, apoia ativamente as construções das casas de medicina tradicional/casas de cura/casas de rezas em distintos tekoha dos povos Kaiowá e Guarani em diferentes regiões no cone sul do Mato Grosso do Sul. As casas são heranças tradicionais do povo Kaiowá e Guarani: um lugar de cura, de encontros, de reuniões, de rituais sagrados e uma conexão com a ancestralidade de nosso povo. As nhandesy e nhanderu afirmam que as casas, na visão ancestral, representam o nosso corpo, e desde tempos antigos são grandes espaço de habitação coletiva, abrigando uma complexa rede de práticas e conhecimentos. Alguns dos rituais Kaiowá e Guarani que resistem ao epistemicídio do sagrado nativo de nosso povo realizados nesses espaços tradicionais (oga pisy), são: 1) o jerosy puku e avati kyry, que compõem o batismo do milho; 2) o jero ky guasu, referência aos grandes rituais religiosos; 3) o nhemongarai, batismo das crianças; 4) kunumi pepy e kunhã taĩ, rituais do menino e da menina moça.

As práticas e conhecimentos que fazem parte do autocuidado, bem como a cura natural através das manipulações com as ervas cultivadas no campo e na beira do rio, conhecidas como medicina tradicional Kaiowá e Guarani também são realizadas nesses espaços. Dentre as casas fundadas pela Kuñangue Aty Guasu, temos a casa de medicina tradicional localizada na Reserva Indígena de Amambai-MS. É um dos espaços recorrentemente ameaçados por membros da Igreja, como figurará no levantamento a seguir e já consta na base de dados do Relatório Corpos Silenciados, vozes presentes: A violência no olhar das mulheres Kaiowá e Guarani elaborado pela Kuñangue Aty Guasu.

Tanto as estruturas físicas como seus guardiões espirituais e terrenos, teko jara (guardiões de nossos modos de ser) e os rezadores e rezadoras se encontram em risco por consequência do evangelismo que avança fortemente nos territórios Kaiowá e Guarani. As inúmeras igrejas existentes em nosso territórios, conhecidas como **Pentecostal Deus é Amor**, são uma extensão da sede nacional que existe em São Paulo. Em outras palavras, os novos modelos de igreja que existem em territórios Kaiowá e Guarani são paulistas; pregam regras e uma doutrina violenta, principalmente sobre o corpo da mulher indígena, decidindo o que a mulher deve e não deve ser/seguir. Dessa forma, sob influência da igreja elas seguem rigorosamente as regras que rompem com o sagrado tradicional Kaiowá e Guarani (ore reko - nosso modo de ser) e, através da formação dessa doutrina, passam a julgar as rezas, os trajés tradicionais e as casas tradicionais como "obra do demônio".

Existe uma rede dessa vertente pentecostal em todos os territórios Kaiowá e Guarani: todas essas pequenas unidades religiosas estão nos municípios e fazem a prática de tomar a santa ceia, representada em tomar o sangue e comer do corpo de Jesus Cristo. Essas regras e doutrinas deturpam violentamente os pensamentos, vivências e modos de vida Kaiowá e Guarani. De acordo com fontes colhidas em territórios onde as casas de rezas foram incendiadas, há indícios de que os autores são membros e pastores dessas igrejas, bem como os autores de falas pejorativas,

racistas e violentas em relação às casas de rezas. Eles usam o discurso de que a casa de reza, o nosso espaço tradicional, é um local do **mal** e que precisa ser exterminado, criando um isolamento entre o tradicional e o mundo karai pentecostal. Em outras palavras, a doutrina karai coloniza nossos modos de vida tradicional e a casa de reza passa a ser um lugar proibido; o discurso de ódio se expande até a queima das casas de rezas, assim como as ameaças de homicídio aos nhanderus e de feminicídio às nhandesys. Esses discursos seguem sendo praticados entre as parentelas que, mesmo não sendo seguidores da pentecostal, falam bastante do feitiço como um mal vindo da casa de reza e do “render-se aos pés de Jesus Cristo” como um bem para a “salvação de sua alma”: Jesus Cristo estaria voltando e as pessoas precisariam escolher entre o céu e o inferno. Dessa forma, essa mente colonizada, doutrinação, regrada pela Pentecostal Deus é amor passa a ocupar lugares de poder e decisão na comunidade, como lideranças, etc. Assim, estão estabelecidos os violadores dos nossos direitos originários como povos nativos, que passam a violar o sagrado tradicional e todos que segue o ore reko.

Em todos os casos aqui abordados, trazemos narrativas a partir do recente trabalho de campo do Observatório da Kuñangue Aty Guasu que foi criado em Janeiro/22, junto com o extenso campo da Kuñangue Aty Guasu, existente há dezesseis anos. A noção básica expressa nos territórios indica a existência de **articuladores externos** - no geral, pastores/dirigentes/missionários não-indígenas - que promovem as práticas de violência aqui descritas e estimulam o aliciamento de moradores/as das aldeias como método de terceirização das violações.

No ano de 2021, a Kuñangue Aty Guasu acompanhou **seis casas de rezas** que foram **queimadas** por ações de racismo religioso. Antes das queimas, as intimidações/ameaças verbais a esses espaços tradicionais decorreram de distintos lugares, incluindo pessoas aparentemente moradoras da própria comunidade.

Os/as Kaiowá e Guarani reconhecem no karai kuera reko - o modo de ser não indígena - diferentes elementos introduzidos desde as instituições e estruturas coloniais, que incluem **a igreja como fator desagregador e causador de divisionismo no interior das aldeias**. A introdução das igrejas provoca o distanciamento e proibição do modo de vida tradicional e aproximação dos modos de vida dos karai (não indígenas).

A queima das casas de rezas tradicionais trouxeram várias consequências às nhandesys, assim como atingiu o coletivo - seus corpos físicos, espirituais e psicológicos, contribuindo para o extermínio da medicina ancestral e das práticas tradicionais realizadas pelas parteiras, rezadeiras, e anciãs Kaiowá e Guarani. Não há um **estudo psicossocial** dos impactos dessa violência na saúde das nhandesys e das comunidades tradicionais causados pela queima das casas de rezas. É necessário ter essa sensibilidade: uma escuta sensível às palavras das nhandesys - as principais atingidas por esta violência, portanto, principais narradoras para um detalhado diagnóstico do **racismo e intolerância religiosa**



Casa de medicina incendiada, território indígena Ytai, município de Douradina, 29 de dezembro de 2021. Fonte: redes sociais da Kuñangue Aty Guasu.

No extermínio/queima desses espaços tradicionais, há uma perda grande de investimento material, pois com o avanço do desmatamento e da exploração do solo em MS, as matérias primas não estão mais disponíveis e parte da estrutura física para a construção da casa de reza é comprada pela Kuñangue Aty Guasu. Isso é feito através de arrecadações coletivas nas quais as mulheres Kaiowá e Guarani à frente da KAG (Kuñangue Aty Guasu), reúnem os recursos necessários que são subsequentemente distribuídos para a reconstrução das casas de rezas e medicina tradicional, sendo todos os gastos devidamente registrados e comprovados via nota fiscal.

A consequência da devastação socioambiental e da biodiversidade no MS, provocado pelo agronegócio e o extrativismo, faz com que o sapé, um dos principais materiais da cobertura desse espaço tradicional, caminha para a sua total extinção. O pouco que resta está localizado na beira de rodovias e espaços privados e a Kuñangue investe em combustível, alimentos, frete e ferramentas para garantir esses materiais para a construção das casas de rezas nos territórios Kaiowá e Guarani. Os gastos de cada espaço tradicional tem um custo de 20 a 25 mil reais e o

períodos da construção é de três a seis meses. Portanto, na queima das casas de reza, além da violência espiritual, ancestral, física, psicológica, também há os prejuízos materiais/financeiros.

A Kuñangue Aty Guasu denunciou e exigiu através do relatório *Corpos Silenciados*, vozes presentes: A violência no olhar das Mulheres Kaiowá e Guarani e em todos os relatórios finais das nossas assembleias, que fossem apuradas/investigadas, de forma continuada, todas as violências em territórios contra meninas, jovens, mulheres e nhandesy nesses espaços sagrados. Através destes documentos, a Kuñangue Aty Guasu dá visibilidade às mulheres Kaiowá e Guarani e às denúncias que as mesmas fazem contra as Igrejas pentecostais por incitar o ódio à cultura e principalmente as práticas de cuidado tradicional e a quem pratica, como as nhandesy e nhanderu.

Outras igrejas são referenciadas, inclusive em *Laudos Antropológicos* já realizado pelo NUPIIR (Núcleo Institucional De Promoção E Defesa Dos Povos Indígenas E Da Igualdade Racial E Étnica), a exemplo da Missão Evangélica Presbiteriana Caiuá, diretamente relacionada aos agressores de uma das nhandesy da Reserva de Amambai. No laudo, verifica-se, em relação à nhandesy Lúcia - nome de batismo Kunha Yvoty: “a religião presbiteriana não aceitava que ela realizasse suas práticas tradicionais kaiowa de cantos, rezas, danças e o seu devir de cuidar das mulheres da comunidade, principalmente as gestantes, algo que sempre fez parte do seu ser quanto pessoa [...]” (Anzoategui & Maciel de Souza, 2017).

A Kuñangue recebeu, em 2021, vários materiais oriundos de diferentes tekohas registrados por familiares das vítimas da intolerância religiosa. Nos vídeos é possível visualizar mulheres sendo espancadas, torturadas e ameaçadas, nos áudios eram nítidos o ódio e a incitação ao mesmo, onde anciões e anciãs indígenas são acusadas de “feiticeiras, bruxas e macumbeiras” e de serem as responsáveis pelas mortes e doenças que atingem as comunidades indígenas Kaiowá e Guarani. Esse discurso de ódio tem contribuído para o aumento das violências em territórios.

Os grandes chefes dessas igrejas com extensão nos territórios indígenas Kaiowá e Guarani e os chefes em territórios que praticam esses atos contra o nosso modo tradicional devem ser investigados pela relatada demonização dos modos de vida tradicionais Kaiowá e Guarani seguida por ataques violentos contra o nosso modo tradicional e os lugares onde o exercemos - como as casas de reza. Os indícios sugerem que eles são responsáveis pela formação valorativa dos fiéis que estão agindo contra as mulheres tradicionais, em especial as que mantêm a cultura indígena viva: as nhandesy, que de acordo com relatos colhidos em campo, se referem a elas como “bruxas” e por isso, deveriam ser mortas.

A Constituição Federal de 1988 (CF88) garante o **direito fundamental à liberdade de religião** e foi expressamente assegurada na letra da lei, uma vez que esta liberdade faz parte do rol dos direitos fundamentais. O inciso VII do artigo 5 estip-

ula que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Desta forma, solicitamos a abertura de investigação no Ministério Público Federal com acompanhamento da Kuñangue Aty Guasu e, caso couber, que a DPU e a DPE trabalhem para responsabilizar todos que estão envolvidos nesses atos, assim como quem está por trás de toda essa produção violenta de racismo religioso (líderes religiosos, líderes de comunidades, instituições, etc).

Nas comunidades Kaiowá e Guarani existe uma quantidade alta de extensão da igreja pentecostal Deus é amor, que tem a sede localizada em São Paulo. Seguidores dessa igreja são apontados pelas vítimas como um dos principais atores do racismo religioso que praticam a intolerância religiosa e incitam a queima das casas de reza. É urgente o diálogo com esses chefes de igreja, com essa rede nacional que tem seus seguidores em nossas comunidades, pois cada comunidade possui seu líder e este também deverá cumprir com suas obrigações de proteção aos espaços tradicionais. Parte dos casos que levantamos, lideranças/capitania também estão envolvidas nas queimas das casas, seja por omissão ou incentivo à queima da casa. Por estarem ligado a esses espaços religiosos, entendemos essas lideranças/capitania também devem ser investigados.

Neste relatório, pretendemos oferecer de forma resumida elementos de entendimento do problema apresentado nas partes “introdução” e “breve contextualização e resumo dos fatos”. Em seguida, trazemos elementos do racismo religioso e da intolerância religiosa, bem como seu amparo legal e a lista atualizada das casas de reza incendiadas. Na parte três, relatamos o compilado e sistematização de materiais coletados nos três dias em território e demonstramos algumas potenciais vítimas com as quais tivemos contato em nossa trajetória. Na parte quatro, trazemos o documento público com a denúncia do crime de intolerância religiosa. No item cinco, demonstramos algumas memórias visuais dos temas tratados neste relatório. Por fim, em forma de conclusão, trazemos as recomendações e encaminhamentos sobre esse tema tão caro e doloroso as nossas, comunidades, que é a queima do nosso sagrado, um apagamento de nossas histórias, memórias, cantos, rezas, vivências, o nosso modo de ser Kaiowá e Guarani.



2. Racismo religioso e intolerância religiosa



Nhandesy atendida pela equipe Kuñangue Aty Guasu em 2019, quase foi queimada em Takua-
peri

“Racismo religioso” não encontra tipificação no Código Penal, mas é mencionado na lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, alterada pela lei 9.459, de 15 de maio de 1997. Essas leis tratam justamente de discriminação ou preconceito baseado em raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Não existem registros de violações de liberdade religiosa no país, em 522 anos, praticado nas comunidades indígenas contra o nosso modo tradicional (línguas, costumes e tradições), mas existem dados abundantes sobre racismo religioso em religiões de matriz africana, o que pode ser um referencial para os casos que abordamos neste relatório. Nesse parecer abordamos as queimas das casas de reza e as violências em nossas comunidades, abordamos quem são os grandes chefes dessas igrejas em terras indígenas, trazendo dados inéditos de racismo e intolerância religiosa em comunidades indígenas, que dará segmentos a encaminhamentos fundamentais aos espaços tradicionais, as nhandesys e nhanderus em situação de ameaças e a todos(as) os/as envolvidos (as).

Desestruturar o racismo e buscar apoio e proteção às vítimas do crime de intolerância religiosa no Brasil, diante de uma bancada evangélica que avança no Congresso Nacional, diante de um presidente que prega seu lado herói branco, com os discurso de cristianização “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”, diante de um que se diz país laico, tem sido uma batalha longa e sem sucesso de todas as diferentes religiões que lutam contra o ódio, fobia e violência que são praticadas contra seus modos de se organizar. O racismo e a intolerância religiosa incluem elementos como seis casas de reza queimadas e inúmeras mulheres violentadas junto com suas famílias. Além disso, das 12 casas de reza levantadas com esforços coletivos e com apoio da Kuñangue Aty Guasu, três já foram incendiadas (uma em Amambai e duas em Rancho Jacaré).

Os modos de se organizar, rituais, curas medicinais, cuidados espirituais, conhecimento tradicional, instrumentos sagrados hoje questionados são demonizados por uma estrutura conservadora que ganha forças no Congresso Nacional brasileiro, principalmente a bancada evangélica e a bancada ruralista. Nas páginas que se seguem, esperamos demonstrar que o preconceito contra nossos rituais tradicionais são acompanhados de elementos de racismo e injúria racial sobre nossos povos.

Ao que tudo indica, essa igreja em particular trava uma guerra espiritual com a figura do “diabo” e as formas de manifestação desse inimigo podem ser várias. Através de um regimento rígido, todos seus seguidores não podem frequentar os espaços tradicionais e viver os costumes e tradições do seu povo originário. Isso fragiliza/enfraquece e causa o distanciamento do ore reko (nosso modo de ser), inclusive por afetar as senhoras rezadeiras de nossas comunidades, tidas como “bruxas”, e toda sorte de adjetivos pejorativos. Entendemos que ao demonizar nossas rezas, as igrejas também enfraquecem as formas de resistência Kaiowá e Guarani, haja vista que a reza é um elemento fundamental de fortalecimento objetivo e subje-

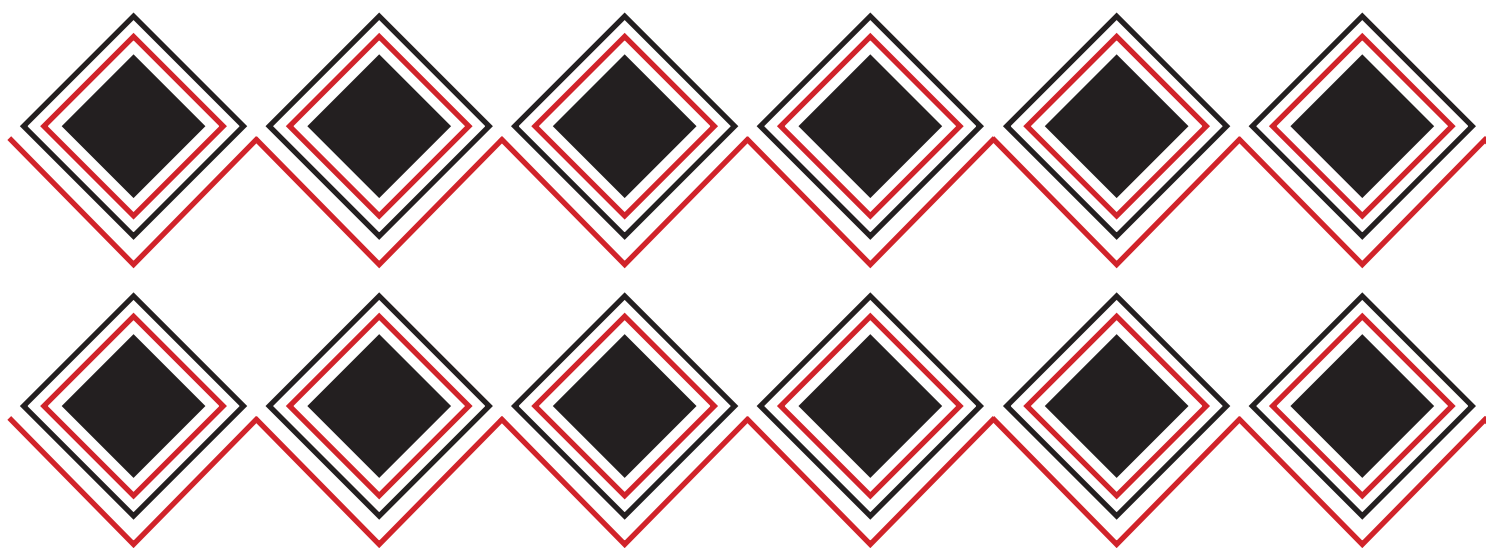
tivo de nossas comunidades.

Queremos aqui deixar, de forma bem esclarecida, que não estamos fazendo julgamento de nenhuma religião: respeitamos a liberdade de cada fiel dessas igrejas. O que questionamos é a falta de respeito, perseguição, discriminação, ódio contra os nossos modos tradicionais, é necessário respeito pelo nosso modo originário de ser.

De novembro de 2020 a fevereiro de 2021, durante a construção do Mapa da Violência em campo, registramos 21 casos de espancamentos, torturas, violências psicológicas e perseguição de mulheres rezadeiras, nhandesy, que praticam o cuidado tradicional. Elas foram julgadas em público, suas casas foram queimadas, foram expulsas da comunidade, humilhadas, condenadas como “bruxas” e “feiticeiras”.

Vídeos circularam nas redes virtuais com cenas de extrema violência contra essas mulheres e a Kuñangue Aty Guasu buscou apoio jurídico, denunciando ao Ministério Público Federal, lançando manifestações públicas, repudiando todos os atos praticados (ver seção Documentos protocolados pela Kuñangue Aty Guasu nas instâncias jurídicas deste relatório). Foi feita a judicialização dos acusados, mas até o momento ainda não houve nenhum caso encaminhado concretamente por essas práticas contra nosso modo tradicional.

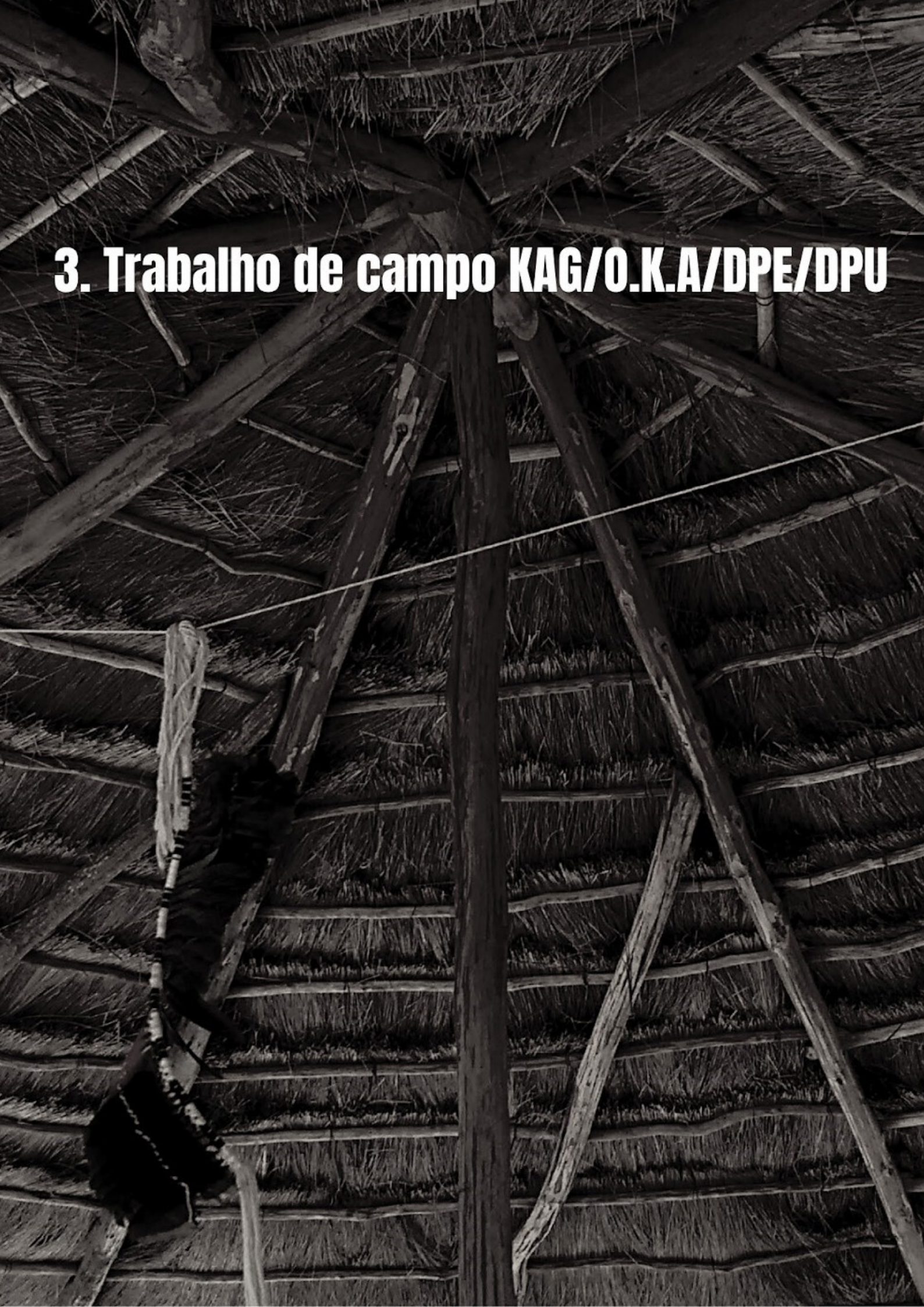
Os nossos gritos de socorro pela proteção do nosso sagrado, das nossas mães, avós, rezadeiras, parteiras já ecoou ao mundo inteiro e continuamos insistentemente que todos os crimes praticados contra nossos corpos, nosso modo de ser sejam apurados, assim como pedimos que todos os autores, grandes chefes dessas igrejas sejam responsabilizados.



Tekoha	Oga Pysy queimada	Chiru quei- mado	Nhanderu/ Nhandesy	Município	Ano
Rancho Jacaré	1	1	Cassiano	Laguna Carapã	2014
Jaguapire	1	1	José Benites	Tacuru	2014
Kurusu Amba	1			Coronel Sapucaia	2015
Apyka'i	1			Dourados	2016
Jaguapire	1			Tacuru	2018
Jaguapiru	1	1	Getúlio	Dourados	2019
Guaiviry	1			Aral Moreira	2020
Avaete	1		Iracema Oliveira	Dourados	2021
Rancho Jacaré	1		Martina Almeida	Laguna Carapã	2021
Takuapiry	1			Coronel Sapucaia	2021
Amambai	1		Nilza	Amambai	2021
Rancho Jacaré	1		Cassiano	Laguna Carapã	2021
Guapo'y	1			Amambai	2021
Jaguapire	1			Tacuru	2020
Laranjeira Nhanderu	1		Luis	Rio Brilhante	2020
Itay	1	1	Joel	Douradina	2022
Jaguapire	1				2020

Lista atualizada das casas de reza queimadas (fevereiro de 2022)

3. Trabalho de campo KAG/O.K.A/DPE/DPU





GUAPU'Y , AMAMBAI-MS.

A seguir, listamos as casas de reza queimadas, que ajudamos a construir, e constam em nosso campo. Este território foi selecionado para o início dos trabalhos de campo e levantamentos realizados conjuntamente pela Kuñangue Aty Guasu, O.K.A e DPE/NUPIIR, tendo em vista a ordem dos fatos:

1) a casa de reza da Reserva Indígena de Amambai (Aldeia Guapo'y) foi incendiada no dia 02 de outubro/21;

2) a casa de reza da Terra Indígena Rancho Jacaré (município de Laguna Caarapã) foi incendiada no dia 19 de outubro/21; no dia 19 de agosto, a casa (residencial) do rezador Cassiano também havia sido incendiada;

3) a casa de reza da retomada de Itay Ka'agwyrusu (município de Douradina), incendiada no dia 29 de dezembro/21.

É de amplo conhecimento, portanto, que as ogá psy conectam diferentes parentelas entre si ao longo do grande território Kaiowá e Guarani. Ela pode ser definida originariamente vinculada à palavra “[...] oga ypy sy, “casa mãe das origens”, destinadas a uso ritual e como símbolo de diferenciação étnica [...], lugar mais apropriado para se conservar os chiru” (Mura, p. 334). A construção do conhecimento na antropologia, no caso do estudo da realidade dos povos Guarani e Kaiowá, possui vínculos diretos com a palavra e existência de anciãs e rezadoras como as nhandesy aqui citadas.

3.1 Reserva Indígena de Amambai-MS - Aldeia Guapo'y

07 de fevereiro, 2022

A Reserva Indígena de Amambai foi reservada em 1915 pelo SPI (Sistema de Proteção Ao Índio) e consiste em uma área de 2.441 hectares, com uma população de aproximadamente 8.000 pessoas, localizada no município de Amambai-MS.

Registros e estudos antropológicos realizados por pesquisadores indígenas e não-indígenas (Valiente & Pereira, 2017), confirmados através de interlocução com a capitania e vice-capitania local, apontam para a existência de ao menos 60 igrejas operantes na aldeia Guapo'y, majoritariamente pentecostais. Nesta localidade, as principais ameaças e violações decorrentes de agressões diretas aos símbolos sagrados Guarani e Kaiowá acompanhadas neste trabalho de campo se

subdividem entre o recente incêndio da casa de reza da nhandesy Nilza e o caso da nhandesy Kunha Yvoty, atual guardiã da 1ª casa de medicina tradicional da Reserva Indígena de Amambai. Sobre estes fatos, a seguir apresentaremos nossa análise, experiência e registros realizados para fundamentar as ações de reparação e punição dos reais responsáveis pela introdução das igrejas pentecostais em territórios Guarani e Kaiowá.

3.1.1 Nhandesy Dna. Nilza Roa, 46 anos, etnia Kaiowá e Guarani

A Nhandesy dona Nilza é uma das companheiras ameaçadas por praticar o modo tradicional de ser. Através da reza Kaiowá e Guarani e a medicina natural/tradicional, ela cuida de outras nhandesy e nhanderu do entorno de Amambai e de outras regiões do nosso povo, quando os mesmos se encontram doentes: ela é uma hechakary (rezadeiras que realizam as curas através da reza, com uma conexão maior com os grandes guardiões espirituais, como Jary Guasu e Ñande Ramõi).

Além disso, Dna. Nilza é uma agregadora de sua comunidade, pois cuida de uma parentela ampla, inclusive de crianças. No tekoha de Dna. Nilza há um roçado (kokue), que contribui para o sustento das pessoas, mantido pela existência de sua figura. A casa de reza é um elemento fundamental na vida e nos cuidados de Dna. Nilza, pois é o espaço por excelência em que essa nhandesy exerce todas essas atividades afetuosas e de cuidado: a ogá pisy mantém a vida comunitária em pé. Dna. Nilza nos expressou, ainda, que antigamente a casa de reza era um lugar de morada, com redes; havia mais batismos nesse espaço - de sementes e de crianças -, além do cuidado de pessoas doentes.

Por esses motivos tão diversos e significativos e apesar das dificuldades econômicas, Dna. Nilza levantou a casa de reza com todos os recursos próprios que ela tinha. Como não há madeiras na região, ela gastou R\$ 1.300 em eucaliptos e outros pequenos materiais e a Kuñangue Aty Guasu apoiou parte desse processo com alimentos e recursos para compra das madeiras que faltaram. São fatos que também ilustram os profundos desequilíbrios e impactos causados pela devastação ecológica e da biodiversidade na região, tendo em vista a impossibilidade do uso e manejo ancestral de determinadas variedades de árvores originalmente utilizadas para a construção da ogá pisy.

Ou seja, com a destruição das florestas do entorno, torna-se necessário o dispêndio de recursos financeiros para o levantamento da casa e o uso de madeiras não apropriadas ou devidamente resistentes para a estrutura. O mesmo ocorre com o uso e preparo do sapé, dada a dificuldade de encontrá-lo em quantidade na

região, envolvendo grandes fretes e deslocamentos para o seu manejo e extração sustentável. Originalmente, por exemplo, a Aroeira era uma árvore utilizada como madeira de base para a construção da casa de reza.

A casa de reza foi queimada em setembro/21, o que é um indício de crime. Segundo fontes apuradas pela Kuñangue Aty Guasu e pela O.K.A, quem queimou a casa pertence a comunidade indígena, e mobiliza um discurso muito forte de que a casa de reza de dona Nilza era um espaço das práticas do mal, feitiçaria, “macumbaria”, discurso este igualmente mobilizado pela Igreja Deus é Amor. Dona Nilza ficou profundamente abalada, psicologicamente afetada, e teme um segundo ataque a sua família e ao espaço que a mesma está lutando para reconstruir novamente, pois as ameaças continuam. Segundo a capitania da comunidade de Amambai, foram apurados os fatos e houve um relatório feito pela FUNAI. Entretanto, a capitania não possuía o relatório por ela mesmo supostamente articulado para o registro da FUNAI. Dona Nilza tampouco possui uma cópia do mesmo, e não se sabe o que foi encaminhado.

A capitania local, portanto, afirma supostamente ter apurado os fatos, mas não conseguiu encaminhar - não existiria, na prática, um plano para assegurar a proteção das nhandesy em situação de ameaça de feminicídio e nem mesmo da casa tradicional. O capitão afirmou que antes de assumir a capitania em Amambai era pastor da Igreja Deus é Amor, e o vice-capitão segue atuando enquanto pastor na mesma igreja.



Oga pysy da nhandesy Dna. Nilza sendo queimada (outubro de 2021). Fonte: redes sociais da Kuñangue Aty Guasu

Houve promessas políticas de parlamentares do município de Amambai, mas até hoje, na data de conclusão deste relatório, não houve um retorno. Todas as vezes que a Kuñangue Aty Guasu visitou dona Nilza, a mesma se encontrava sob muitas ameaças, intimidada, temendo pela sua vida e de sua família e com desejo de ir embora pela própria sobrevivência, sem nenhuma segurança, julgada e condenada por ser uma hechakary.

Sem o espaço da casa de reza em Amambai, dona Nilza afirma que possui enormes dificuldades de seguir cuidando de outras pessoas ou fazer rituais importantes para a cultura Kaiowá e Guarani, como o Jerosy Puku/Avati Kyry (batismo do milho branco). Em resumo, a queima da casa de reza significa uma perda ancestral irreparável, um direito originário violado, pois junto da casa de reza incendiada, o fogo consome outros objetos antigos das gerações de rezadores que já se foram, que ficaram como herança para as atuais rezadeiras.

Fica evidente, ao analisarmos a morosidade e negligência na apuração dos fatos por parte de instâncias locais, a existência de uma relação entre as redes de poder que envolvem a Igreja em questão, as capitânicas, o poder público e grandes fazendeiros da região - cada um dos casos também vem acompanhado de claros vínculos com o avanço do arrendamento para o plantio da soja, por exemplo, como veremos com a nhandesy Kuña Yvoty.

3.1.2 Nhandesy Kuña Yvoty

Kuña Yvoty é uma das nhandesy do povo Kaiowá e Guarani que a Kuñangue Aty Guasu acompanha diretamente desde 2017. Ela se encontra em Guapo'y, na Reserva Indígena de Amambai-MS. É a primeira nhandesy a ter uma casa de medicina tradicional em MS, com apoio da Kuñangue Aty Guasu e outros parceiros.

A idosa Lucia Assis Morais, 79 anos, é uma mulher indígena Guarani e Kaiowá, que faz as práticas dos seus conhecimentos tradicionais de plantas medicinais, partos com gestantes, curas, cantos e rezas na língua do nosso povo, e isso fez com que ela se tornasse muito respeitada pelos acolhimentos a outras mulheres. Na luta diária por manter sua identidade e dar continuidade às suas práticas ancestrais, ela coloca seus conhecimentos da terra, do fogo, do ar e das águas a favor da vida de seu povo.

Nhandesy Dna. Lulu em meio às medecinas tradicionais de seu tekoha, aldeia Amambai, município de Amambai, 16 de dezembro de 2021. Fonte: campo da Kuñangue Aty Guasu.

Acusada de bruxaria por parentes evangélicos ligados à Missão Evangélica Presbiteriana Caiuá, por praticar sua religiosidade indígena e ter uma casa de reza



Nhandesy Dna. Lulu em meio às medicinas tradicionais de seu tekoha, aldeia Amambai, município de Amambai, 16 de dezembro de 2021. Fonte: campo da Kuñangue Aty Guasu.

tradicional, ela busca apoio em uma rede de solidariedade por justiça socioambiental e de gênero. Um de seus agressores é o cunhado e vizinho, Rosenildo Alves Franco, que já foi condenado por violência doméstica contra ela. A vida dela segue em risco.

No início do ano de 2021, Dona Lulu sofreu violência doméstica por parte do cunhado, que é casado com sua irmã. Segundo apuramos, ele anda armado e planta ilegalmente através de arrendamentos - inclusive para o cultivo de grãos como a soja -, utilizando agrotóxicos na Terra Indígena de Amambai (MS). Pela proximidade com o capitão da aldeia, a polícia indígena local, instituída como uma milícia, ameaça e tenta coagir a idosa a abandonar a sua residência, o seu território e os seus conhecimentos tradicionais. Implora Dna. Lulu por segurança:

“Venho dizer a vocês que estou sofrendo por conta do desrespeito à minha reza. Aqui dentro da aldeia eu sofro. Estão favorecendo o homem que me agride, acobertam o agressor. Eu choro a vocês pedindo ajuda. As pessoas me perseguem, me chamam de macumbeira, bruxa, macaca, bugio, mas eu não faço mal a ninguém. Estou sofrendo muito. Tirem ele de perto de nós. Eu preciso de ajuda para tirar o agressor de perto da minha casa, onde eu vivo.”

O laudo, um dos primeiros a estarem ancorados na Lei Maria da Penha para questões indígenas no estado, revelam, em entrevistas com as mulheres indígenas de Amambai, que mais de 60 igrejas pentecostais estão atuando na região. Por não aceitar a religiosidade indígena, membros das igrejas pentecostais investem na violência para tentar “convertê-las”. Um dos netos da idosa sofre muitos preconceitos por ser LGBTQIAP+. Segundo o documento, muitas famílias indígenas se tornaram adeptas ao pentecostalismo nesse processo, como nas históricas missões jesuíticas que participaram do etnocídio dos povos no amplo território atualmente ocupado pelo Estado brasileiro.

Consta no laudo antropológico que trata do caso específico da Nhandesy Kuña Yvoty:

Foi nessa conjuntura que inúmeras famílias extensas se converteram ao pentecostalismo, porém, esse sistema religioso dos karaí (não-índio) não foi incorporado na sua integralidade, com a multiplicação dos números de igrejas, cada uma assumia um formato da família extensa ou grupo de parentesco, ressignificando esses novos espaços vinculados a fé. A maior parte das pesquisas que abordam essa temática se referem à expansão das igrejas neopentecostais na Reserva Indígena de Dourados (RID). (Anzoategui & Maciel de Souza, 2017)

A Kuñangue Aty Guasu publicou um relatório denunciando perseguições, torturas e espancamentos praticados por integrantes da Igreja Pentecostal Deus é Amor e outras igrejas atuantes por todo o Brasil e em muitos países com extensão em nossos territórios:

Essas mulheres têm seus cabelos cortados por faca, carregam hematomas físicos profundos em suas cabeças e em muitas outras partes do corpo. Nos processos de ‘condenação’ pelos neopentecostais, seus joelhos podem ser vistos sangrando, suas casas são queimadas, elas são expulsas das comunidades e carregam consigo traumas de violência psicológica brutal, temendo serem queimadas vivas, enforcadas e mortas. São insultadas e xingadas de bruxas e de feiticeiras”, relata o documento.

Vídeos encaminhados à Kuñangue Aty Guasu, em 8 de agosto deste ano, mostram homens que foram até a casa de reza da nhandesy para ameaçá-la. Cinco dias depois, o Tribunal de Justiça determinou uma audiência online de conciliação que não pôde ser realizada por ausência das partes. Em 20 de agosto, a juíza substituta que está atuando na 1ª Vara de Amambai, Sabrina Rocha Margarido João, solicitou o encaminhamento da conclusão do processo.

A nhandesy Lulu é uma pessoa de grande importância por ser uma rezadora, por ser parteira. Ela vem sofrendo ameaças por parte de um familiar que não aceita a sua tradição, as suas rezas. Tem sido chamada de bruxa, de feiticeira, vem sendo hostilizada por exercer a sua tradição cultural dentro do seu território. As providências legais já foram tomadas, mas a justiça está morosa. É difícil ver ela sem a pos-

sibilidade de circular em seu território. Ela acolhe as pessoas e é uma pessoa muito importante dentro da aldeia. É uma senhora idosa e tem vários direitos sendo tolhidos, o direito das mulheres, direito dos idosos, o direito de exercer sua religiosidade - são vários direitos sendo feridos.

Kuña Yvoty é conselheira da Kuñangue Aty Guasu, Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá, participa dos encontros de mulheres e do fortalecimento da luta pelos direitos das mulheres indígenas. Ela orienta as mais novas, mostra bons caminhos possíveis e acredita na organização coletiva do teko porã (pelo bem viver). Para se tornar uma nhandesy, guardiã da cultura e dos saberes tradicionais, Dona Lulu dedicou sua vida a estudar os conhecimentos e benzeduras que promovem a cura, um fazer muito admirado e valorizado entre os povos indígenas.

A importância de não se caracterizar o caso como uma simples briga de vizinhos e a necessidade de efetivos encaminhamentos de proteção às nhandesy diz respeito à necessidade de responsabilização do Estado brasileiro, como nos casos anteriores e subsequentes a estes, pela convivência, promoção e articulação de tais agressões por meios de intervenção e desestruturação interna das comunidades. O cenário complexo inclui a falta de responsabilidade dos municípios e forças políticas, por exemplo, em Amambai a psicóloga de confiança de Dna. Lulu foi demitida.

Outras mulheres também relataram medo, como por simplesmente fazerem parte da Kuñangue Aty Guasu ou buscar uma liderança mais democrática. Tal qual outros depoimentos colhidos em campo (ver as seções de escuta das nhandesy em Amambai, Rancho Jacaré e Itay deste relatório), há no caso de Dna. Lulu o padrão de difamação e injúria contra sua figura, neste caso pela figura da liderança, ligado à plantação de soja: essa nhandesy estaria fazendo “bruxaria” e por isso deveria ser morta. Por esse motivo, Dna. Lulu diz rezar “baixinho”, pois não se sente à vontade dentro de sua própria casa. Ela também não se sente segura com a segurança da aldeia. Dna. Lulu disse que a agrada o apoio judicial que tem tido, pois isso previne ações mais contundentes de seus agressores.

Entrada da casa de medicina da nhandesy Dna. Lulu, aldeia Amambai, município de Amambai, 16 de dezembro de 2021. Fonte: campo da Kuñangue Aty Guasu.

3.1.3 Reunião com capitania da Reserva Indígena de Amambai (Aldeia Guapo’y)

Para introduzir os relatos referentes a reunião com a capitania da Reserva Indígena de Amambai, é importante regressarmos às definições da capitania e o fato incontestável da relação deste sistema de poder com o órgão indigenista oficial que o funda, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). É uma categoria, portanto, diretamente

vinculada ao aldeamento, “reservamento” e confinamento dos Guarani e Kaiowá. Segundo Valiente e Da Palma (2019, p. 131):

Um estudante entrevistado, conhecido como Kunumi Verá ndaju, o qual também trabalha como funcionário público na aldeia, afirma que “o Capitão entrou no meio dos Kaiowá para substituir o Ñanderu. Ele entrou na aldeia usando força e rigidez para a gente obedecer às regras que eles [órgãos indigenistas] mesmos criam”. Kunumi ainda acrescenta que, antigamente, cada família tinha o seu próprio Ñanderu, e somente ele conduzia cada família dos Kaiowá, aconselhava os mais novos e ensinava como agir respeitando o próximo. Além disso, segundo ele, “o Capitão fez desaparecer os Ñanderu de cada família”, criando um poder centralizador. Sendo levados os Ñanderu da reserva, muitos voltavam para o seu tekoha, mas a fazenda já havia ocupado o local. Logo ao retornar, eram despejados e levados novamente para a reserva. Assim aconteceu sucessivamente, até que muitos desistiram de voltar para o tekoha e decidiram ficar definitivamente na reserva, mesmo sem poder praticar o seu estilo de vida.

Os relatos abordados pelos autores também dialogam com outro tema que nossas interlocutoras nhandesy relataram: os efeitos das remoções forçadas, conforme abordaremos mais adiante. É importante notar a ideia de “desaparecimento” dos ñanderu de cada família como um fator que enaltece a leitura aqui apresentada acerca do papel desagregador das igrejas, ainda que, discursivamente, preguem o contrário. É a consolidação de um novo modelo de poder, representação e controle que vem atuando de forma combinada com a capitania e o poder público e privado desde a instituição deste modelo de territorialização por meio do desterro total dos Guarani e Kaiowá.

A capitania, ainda, pode ser entendida segundo a análise do procurador da república Marco Antonio Delfino de Almeida e do historiador Thiago Cavalcante (2019) que versam sobre a “motivação histórica do processo de ‘proteção’ e da consequente utilização de estruturas coloniais para a obtenção dos desideratos econômicos almejados” (p. 41). A função “civilizatória” do capitão também deve ser destacada

Para o agente do SPI, o capitão deveria impor os padrões de organização do trabalho capitalista rural. Era alguém que devia estar disposto a obedecer às determinações do órgão indigenista, não ser “turbulento” diante das ordens do chefe de Posto. Esperava-se que os indígenas abandonassem suas práticas tradicionais e se dedicassem à produção agrícola de forma intensiva, deixando de lado aquilo que não era do mundo “civilizado” ou do mundo do “mercado”. O capitão devia exercer seu poder com base na coerção para impor o projeto civilizatório do Estado. Todavia, existia um ponto limite nessa organização, pois para que tivesse êxito o capitão precisava manter um bom nível de aceitação dentro da comunidade. (Delfino de Almeida & Cavalcante, 2019, p. 56-57).



RANCHO JACARÉ, LAGUNA CARAPÃ - MS .

3.2 Terra indígena de Rancho Jacaré, município de Laguna Carapã-MS

A nhandesy Martina é do povo Kaiowá e Guarani. A Kuñangue Aty Guasu acompanha diretamente seu caso, desde 2017, e está atualmente sob acompanhamento da equipe da O.K.A. Ela se encontra em Rancho Jacaré, no município de Laguna Carapã-MS. Em 2021, atendendo a demanda da nhandesy Martina Almeida, foi construída a casa tradicional do lado de sua residência. Essa construção foi possível com recursos vindos do Fundo Casa Socioambiental, como mediação de Tônico Benites via Aty Guasu e apoio da Kuñangue Aty Guasu.

Esse espaço tradicional, depois de pronto, possibilitou várias articulações, rituais e encontros. Dona Martina lutou pela conquista da Terra Indígena Rancho Jacaré desde o início: ela afirma que a casa de reza é fundamental na luta pelo território, assim como são heranças que ela deseja deixar para netos e filhos e as igrejas não servem para isso, pois não são partes do nosso sagrado, que foi imposta pelo karai (não indígena). A casa de reza de dona Martina foi queimada dois meses depois que foi inaugurada. Ela conta que continua a receber ameaças e para que isso não volte a acontecer, as casas de rezas precisam ter câmeras, um meio de segurança para a proteção desses espaços. Ela afirma que quando os idosos são retirados do seu local de território, eles adoecem até morrer, e isso aconteceu durante a exploração dos territórios Kaiowá e Guarani durante a Cia. Mate Laranjeira.

Vale lembrar que todo o processo da retomada de Rancho Jacaré foi feito em meio à ditadura militar. Antes da queima da casa de reza, ela comenta que membros da igreja foram os que ameaçavam a casa de reza e diziam que iriam incendiar a casa, pois as pessoas tinham que permanecer na igreja. Dessa forma, antes mesmo da inauguração da casa de reza já haviam as ameaças e às 11h da noite foi a queima da casa de reza, em outubro de 2021. Desde então, ela segue recebendo ameaças. Foi registrado boletim de ocorrência no município de Laguna Carapã e os envolvidos foram intimados, ouvidos e liberados, mas as ameaças de feminicídio seguem contra dona Martina.

A liderança local, dona Roberta Vilhalva, acompanhou todo o processo da construção e defende a reconstrução da casa para fortalecimento da comunidade. Roberta afirma que as casas de rezas são importantes, pois é nelas que acontecem os rituais de proteção a comunidade: é o fortalecimento do tradicional e ajuda a comunidade a ficar saudável: “pois as conexões entre o céu e a terra, estão conectadas com a reza, com o canto e com a casa de reza”. Ela comenta que os jovens hoje poucos estão envolvidos nas casas de rezas, e que tem um avanço grande deles envolvidos no mundo karai.

É claro que precisamos acessar o mundo dos karai para sobreviver, mas o nosso mundo antigo precisamos nunca esquecer, porque é de lá que viemos. Ela está hoje como liderança, e precisam de mais mulheres nessa luta, precisam de mais mulheres que entendem das leis, das casas de reza. - Fala da Roberta. Roberta diz que existe uma questão complicada, porque os ataques às casas de reza também vêm dos parentes e todas essas queimas precisam de investigações, pois não há apurações sobre as mesmas e todos eles vem com o discurso de demonização da casa de reza, do canto, dos modos tradicionais Kaiowá e Guarani como uma consequência do que é pregado dentro das igrejas.

De acordo com os nossos levantamentos, ha uma rede de igrejas da Pentecostal que atuam de território em território. Uma comissão de pastores, por exemplo, nomes de pastores que atuam na Reserva Indígena de Dourados foram mencionados em outros territórios, e que eles entram nessas comunidades levando a doutrina da pentecostal Deus é Amor. O mesmo nome foi mencionado em outro território Kaiowá e Guarani, portanto os pastores das igrejas da Reserva indígena de Dourados é uma rede que lidera cultos em outras comunidades indígenas. Ao caminhar pelos territórios indígenas, nitidamente vemos o símbolo da pentecostal Deus é Amor em quase todos os territórios Kaiowá e Guarani. Roberta conclui dizendo que os fatos precisam ser apurados, precisa haver um encaminhamento, para quem são os violentadores das nhandesy, ela deixa claro que faz parte da igreja, mas que entende que sua ancestralidade Kaiowaé Guarani é a raiz dela, mas esse sentimento é individual, pois no coletivo o que se entende é a demonização do tradicional. Ela relata muitas violências com as mulheres indígenas em Rancho Jacaré. Roberta e a Nhandesy Martina, são mulheres que juntas enfrentam o machismo dentro do território de Rancho Jacaré, Martina por ser uma Nhandesy e Roberta por ser a vice liderança do tekoha.

“Quem trouxe os cantos para nós foi os nossos grandes chefes espirituais, que segundo nossos grandes rezadores, enviaram através dos rechakary.

Cada palavra que compõe uma reza tem um significado nativo/ancestral muito profundo. Os cantos curam, os cantos aquecem as almas feridas, os cantos trazem alegrias, os cantos espantam os males, os cantos juntam pessoas, os cantos, os cantos nos conectam a tantos mundos, nos conectam a tantos mundos físicos e espirituais...os cantos... os cantos Guarani e Kaiowá!

O Guaxire, é o momento da diversão!

O jehovassa é para limpar nosso caminho!

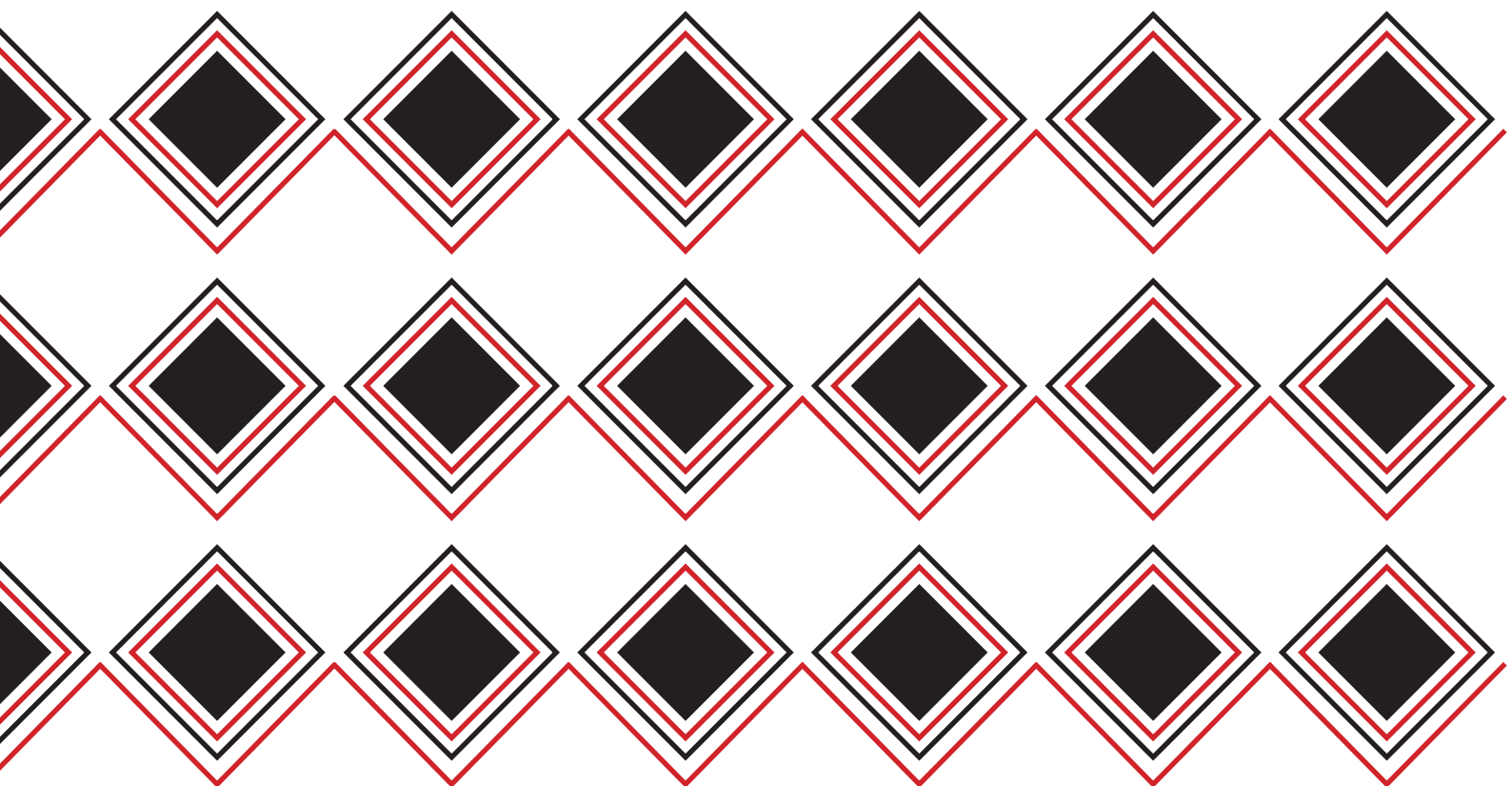
O nhembo'e é para curar as pessoas!

E tantos outros...

Nos precisamos que vocês conheçam esse nosso mundo, e aqui apresentamos para vocês, os nossos cantos de outras formas, já com as ferramentas do mundo Karai.

E não é por que hoje o nosso povo usa a tecnologia de vocês, que deixaram de ser povos originários. E sim são formas de dar visibilidade ao nosso mundo nativo. É preciso respeitar o nosso espaço tradicional, nós não saímos por ai agredindo os crentes e destruindo igrejas, respeitem a casa de reza..."

Nhandesy Martina.



3.3 Retomada de Ytay Ka'agwyrusu - Município de Douradina-MS



YTAY, DOURADINA-MS.

A Ñhandesy Mboy Poty Rendiy - Teresinha Aquino, 60 anos, é do povo Kaiowá e Guarani, que a Kuñangue Aty Guasu acompanha diretamente, desde 2021, e está atualmente sob acompanhamento da equipe da O.K.A. Ela se encontra na retomada de Ytay, no município de Douradina-MS. Nesse território, as situações são complexas: envolve uma parentela e uma comunidade, divididas entre a igreja e o sagrado tradicional. A casa de reza de Ytay foi incendiada em 29 de dezembro de 2021. Confira o relato da nhandesy para a Kuñangue Aty Guasu e a O.K.A:

“Eu não vim aqui por que quis? Essa retomada foi feita para os nossos netos e os nossos bisnetos. Eu e meu companheiro Joel, fizemos a retomada, ele me disse: vamos juntos fazer a retomada? Se organizaram e se reuniram para fazer a retomada, essa terra é do Nhamoi Paulito. Ela é a neta do Paulito. Aqui houve vários rituais. Eu não sei até quando vou esperar a demarcação, todos que fizeram a retomada estão já morrendo. Por mais que o governo não queira garantir os nossos direitos, nós vamos resistir para existir aqui. A reserva indígena é um contexto diferente da retomada, são vivências diferentes, eles são mais acomodados. A casa de reza é uma herança da ancestralidade na terra, que vai cuidar e proteger as comunidades. Isso de alguma forma é uma saúde para todos, pois passa a buscar a ancestralidade Kaiowá e Guarani, assim como viveram nossos antepassados. Pai Kuara tem a casa de reza, e a casa de reza na terra é a extensão do grande protetor Pai Kuara. Não existe mais taquara e nem sabe para construir casas de rezas, por isso a importância de manter as casas de reza em pé.”

Fonte: Reza em Itay Ka'agwyrusu, registro visual da Kuñangue Aty Guasu.



Ela comenta as questões das feitiçarias, o povo em comunhão com a Igreja Deus é Amor e sua parentelas da região diziam que tinham o mal dentro das casas de reza, que ela acendia velas dentro da casa de reza e ela afirma ser calúnia essas informações: esses ataques verbais contribuíram para a queima da casa de reza. Ela diz que construir a casa de reza é muito difícil, pois nem tudo se encontra na natureza, e que a polícia não apurou os fatos como deveria.

Precisam aprender a respeitar a casa da nhandesy e do nhanderu, isso é um espaço sagrado. Zezinho Aquino e Adataлина Da Silva, são as pessoas que ameaçaram de queimar a casa de reza, junto com Daiolinha, Crislaine Vera e Adilson Jorge, e queimaram. - relato da Nhandesy Teresa Aquino.

As filhas das nhandesy são as que acompanharam diretamente todo esse processo da construção da casa de reza, a queima da casa de reza, relataram à equipe da O.K.A e da Kuñangue Aty Guasu. Há uma preocupação com a demonização do único espaço sagrado daquela região e o avanço das igrejas na comunidade e as disputas por cargos e lideranças na comunidade levam a intensos conflitos. Elas comentaram sobre a ausência do Judiciário, principalmente dos órgãos públicos que atuam diretamente com povos indígenas, como a FUNAI. Elas temem pela vida da nhandesy, que está sob ameaça de feminicídio. As mesmas afirmam ser muito trabalhoso reconstruir a casa de reza, pois tem um custo material e até as matérias primas devido a devastação ambiental que vive o MS: é difícil de encontrar principalmente o sapé.

“Nós resistimos muito ainda, temos muito racismo e preconceito, perguntei para o meu companheiro até que ponto a gente ia aguentar.” - Nhandesy Teresinha. Na retomada de Ytay, o racismo religioso e a intolerância religiosa são tão intensos que os pastores próximos à retomada, na comunidade de Lagoa Rica, em vídeo gravado e acessado pela Kuñangue Aty Guasu, afirmam ter visto em “visão” que o espaço da casa de reza deveria ser exterminado por praticar a “feitiçaria”. Esta é uma nítida incitação ao ódio e a intolerância perante os símbolos culturais originários, e que precisa de apuração e responsabilização. A intolerância religiosa é tão grave que a comunidade, por intermédio dessa ideologização é contra os cuidados tradicionais, passou a atacar/depredar/destruir o túmulo do nhanderu, que foi enterrado na entrada da retomada, sendo uma expressão da negação comunitária em função das intervenções religiosas externas. De acordo com Alberto:

São 9 Igrejas na Aldeia Lagoa Rica e 3 delas são da Deus é Amor, o resto é mistura, elas são ‘tocadas’ por não indígenas de Douradina, Nova Alvorada e Itaporã. Tem pastores indígenas também (6). O Cacique lá é Olisório que organiza para vir aqui, ele é pastor. Só Deus é Amor é intolerante, como mesmo eles (crentes) falam: “nossa doutrina é muito forte.

A queima da casa de reza da comunidade de Ytay teve participação de pessoas ligadas à liderança de Lagoa Rica e pessoas ligadas à Igreja e sua parentelas,

que se reuniram para planejar e executar o crime:

Entre os dias 28 e 29 de novembro Adilson formou grupo da Igreja, fizeram reunião e participaram: Lisório, Celio, D. Izete, Iba, Adilson (pastor), e Anselmo (pastor) [eles têm fotos e ficaram de enviá-las]. No dia da queima da casa de reza, escutou um tiro, no susto ela não conseguiu sair e quando saiu ela viu a casa queimando [nesse momento da narrativa a tradutora se emociona e diz que não é capaz ainda de falar disso porque sente muita dor, outra pessoa assume a tradução]. Eu tinha coragem de ir atrás e medo ao mesmo tempo porque eles têm armas. Usam armas para dar tiro para cima como forma de intimidação. Nesse choque todo até esqueci o celular. Sentia muito cheiro de gasolina, cheiro muito forte. Eles jogaram gasolina e deram tiro para que pegasse fogo. Temos vídeos da tentativa deles de apagar [se refere aos jovens], mas onde escorreu a gasolina estava difícil de apagar. O ponchito [vestimenta sagrada para os rituais tradicionais] que estava na casa de reza - ali justamente que começou a pegar fogo. O fogo se iniciou na queima da casa de reza onde se encontrava o ponchito. (Irmã da Eugênia).

Um destaque da gravidade da queima da casa de reza de Ytai é o fato de haver pessoas dormindo no espaço no momento dos disparos de arma de fogo e a queima da casa de reza, o que poderia ter resultado em ferimentos e até óbitos por causa da carbonização. As pessoas que vivenciaram a queima da casa de reza se encontram em seus próprios termos “traumatizadas”:

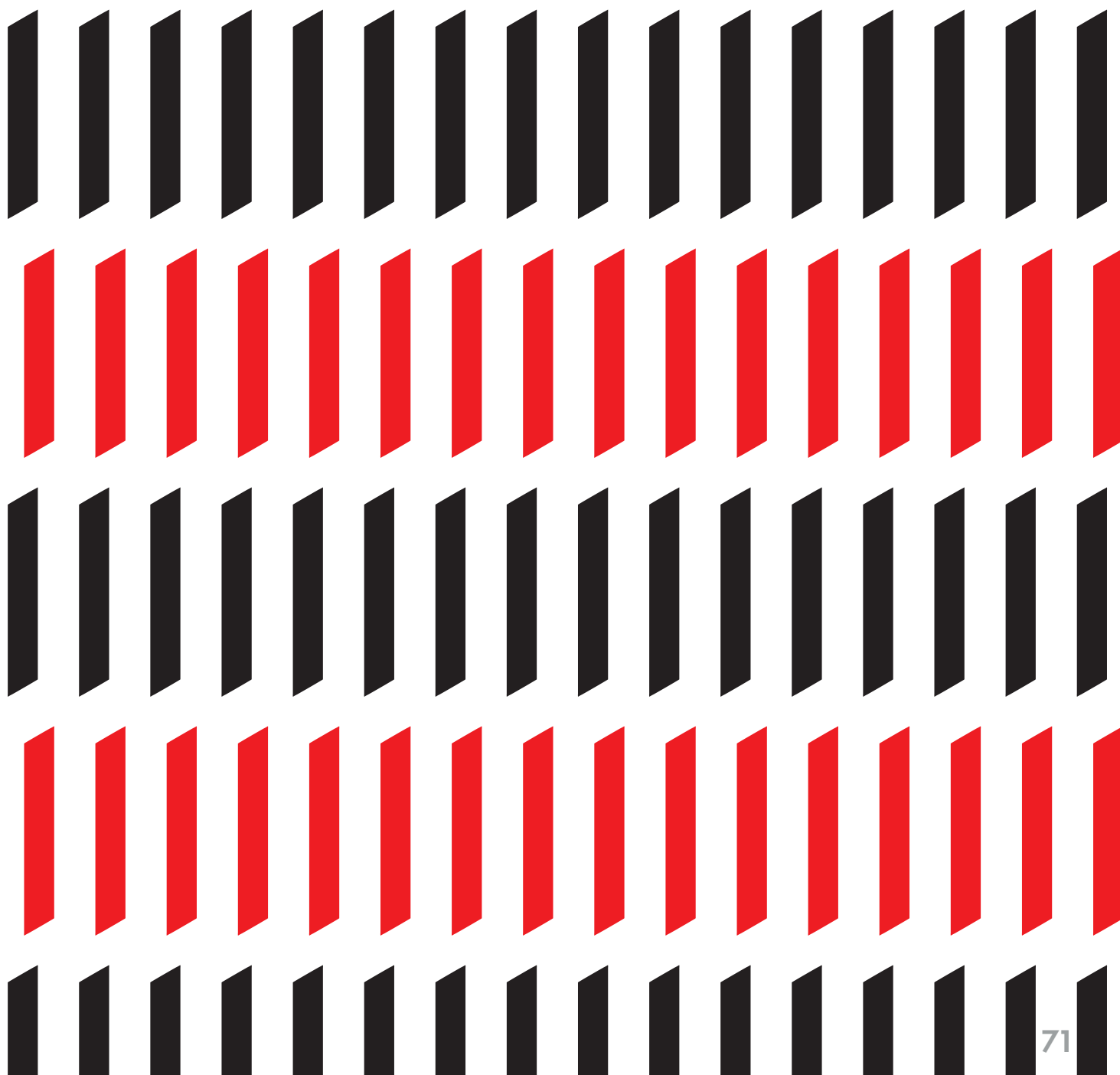
E que mesmo hoje, eles têm sequelas daquele dia, ficaram traumatizados, eles dormem de dia e ficam acordados a noite toda em vigília. Esses 3 jovens estavam dormindo dentro da casa de reza no dia que ela foi queimada. Desde que Sr. Joel morreu, os jovens não dormem bem, porque fazem vigília por motivos de segurança diante das agressões, por isso também que estavam na casa, mas com o cansaço dormiram e foi aí que a casa de reza foi queimada. (Irmã da Eugênia)

As agressões que até então eram caracterizadas por ameaças e perseguições foram cruelmente materializadas com a queima da casa de reza. As marcas dessa violência estão impregnadas na vida da comunidade, com destaque para os jovens que vivenciaram o ataque criminoso e carregam as sequelas traumáticas dessa experiência. Além disso, tiveram suas rotinas alteradas pelo medo e necessidade de fazer a segurança do lugar, tendo que se tornarem vigilantes durante as noites e dormir pouco no dia.

Roberto Alziro, que já passou pela mesma experiência de ter a vida em risco por estar dormindo em uma casa de reza que foi queimada, ressalta a importância das casas de reza para a comunidade: “Estamos trabalhando para reerguer a casa de reza que é importante para manter os rituais e continuar com os cantos (...) as nhandesy e os adultos não vão estar aqui para sempre, então eles vão deixar essa memória de luta e resistência para as crianças. Importante registrar que Ytay está aqui, está de pé e que os outros falam que eles são violentos, mas estamos abertos

para conversar, e chamar as pessoas para escutar o outro lado da história.” (Roberto Alziro).

Apesar de toda a dor e violência, a comunidade de Ytay segue resistente em seus propósitos de lutar pela manutenção da cultura e dos rituais tradicionais, entendendo a importância desses elementos para existência Kaiowá e Guarani. As experiências traumáticas da violência marcam e alteram o cotidiano da comunidade. É, justamente, através da reconstituição do espaço sagrado da casa de reza e a sua proteção, que reside a possibilidade de recuperação do trauma e da sociabilidade comunitária. Ytay se mostra aberta ao diálogo, exige responsabilização dos agressores e a proteção das casas de rezas das ofensivas criminosas.



4. Índice de fotografias das três casas de reza incendiadas abordadas no relatório

A seguir, um compilado de fotografias que mesclam registros realizados pela própria comunidade no momento imediatamente posterior aos ataques incendiários cometidos contra as ogá pisy em cada uma das datas apontadas, demonstrando uma sequência encadeada de acontecimentos no decurso de poucos meses. A proximidade dos ataques sugerem uma provável articulação encabeçada pelas igrejas pentecostais atuantes na referida ofensiva contra rezadores [nhanderu] e rezadoras [nhandesy] Guarani e Kaiowá - e, conseqüentemente, contra todo um povo - para desestabilizar as comunidades e perseguir, ameaçar, torturar, destruir e difamar símbolos e autoridades religiosas e espirituais Guarani e Kaiowá em atos evidentes de intolerância e racismo religioso. A seguir, as fotografias que comprovam o incêndio provocado contra as casas de reza:

Aldeia Guapo'y, reserva indígena de Amambai
Data do ataque: 02/10/2021



Imagem 1: Ogá pisy incendiada na aldeia Guapo'y. Rezadora (nhandesy): Dona Nilza. 02 de outubro, 2021.



Imagem 2: Casa de reza de Dona Nilza incendiada após a chuva. 03 de Outubro, 2021.

Terra Indígena Rancho Jacaré, município de Laguna Caarapã
Data do ataque: 19/10/2021



Imagem 4: Ogá pisy de Rancho Jacaré minutos após o ataque. 19 de outubro, 2021.



Imagem 5: Ogá pisy de Rancho Jacaré no dia seguinte ao ataque, visita da Kuñangue Aty Guasu.

Retomada de Itay Ka'agwyrusu, município de Douradina
Data do ataque: 29/12/2021

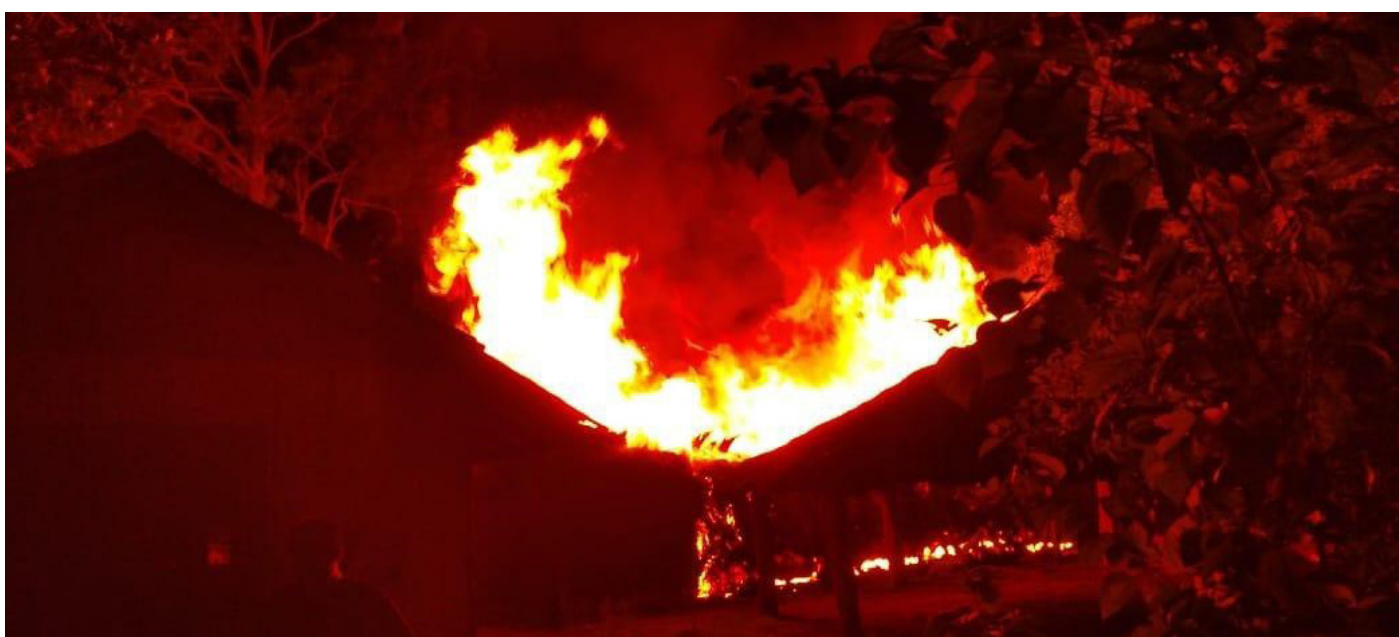


Imagem 7: Ogá pisy incendiada na retomada do tekoha - território ancestral Guarani e Kaiowá - Itay Ka'agwyrusu. 29 de dezembro, 2021. Fonte: comunidade de Itay Ka'agwyrusu



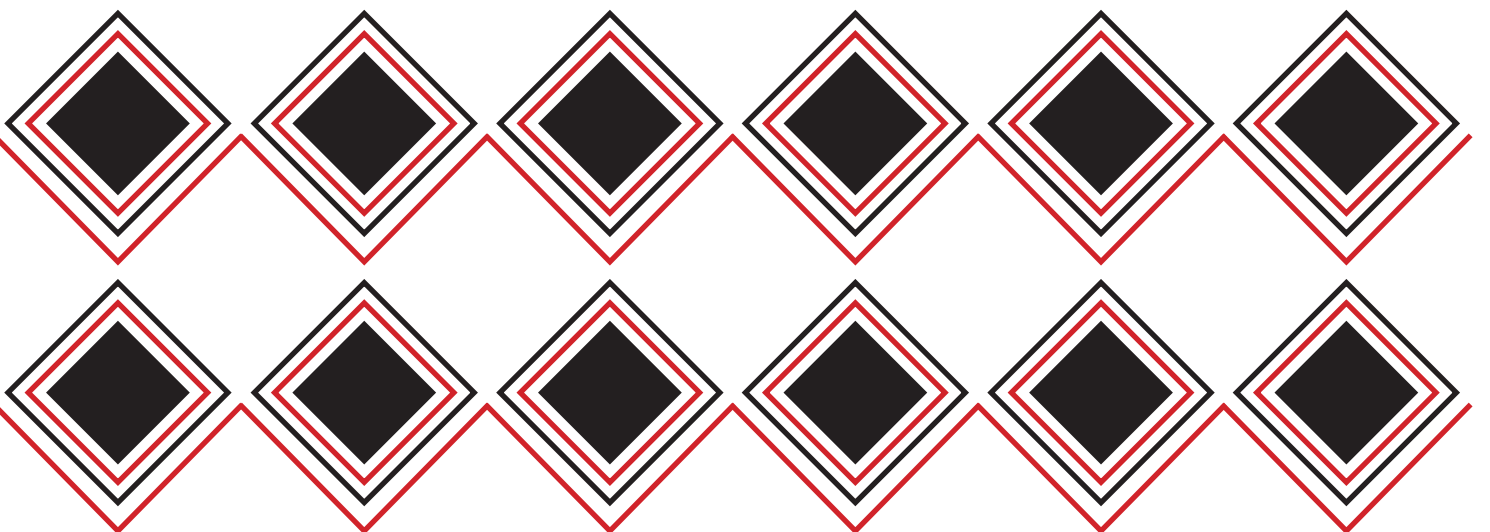
Imagem 8: Ogá pisy incendiada na retomada do tekoha - território ancestral Guarani e Kaiowá - Itay Ka'agwyrusu. 29 de dezembro, 2021. Fonte: comunidade de Itay Ka'agwyrusu.



Imagem 9: Foto do túmulo do rezador Joel destruído por membros da igreja pentecostal Deus é amor. Fonte: trabalho de campo Kuñangue Aty Guasu. 13 de janeiro de 2022.



Imagem 10: Ruínas da ogá pysy de Itay. 09 de fevereiro, 2022. Fonte: trabalho de campo Kuñangue Aty Guasu/O.K.A./DPU/DPE/DRDH



A busca pelos nossos direitos Originários e Constitucionais

Ao som do mbaraka, takuapu e nhembo'e, a kunangue Aty Guasu - Grande Assembleia Das Mulheres Kaiowá e Guarani/MS luta anualmente na capital federal do Brasil. Os nossos corpos, vozes e resistências se fazem presentes no Acampamento Terra Livre todos os anos.



Não deixamos de mencionar as memórias de nossos mortos, das meninas, mulheres, jovens e anciãs que foram assassinadas, assim como a pequena Raissa Guarani Kaiowá, 11 anos, uma das vítimas fatais da violência contra as mulheres indígenas em Mato Grosso do Sul, estuprada, dilacerada e assassinada brutalmente, e reafirmamos com todas as nossas forças e revolta que o estupro não é cultural, que nossos corpos não são públicos e imploram por socorro e proteção.

“Nossas vidas, nossos sonhos, nós os desenhamos todos os dias. No entanto, nossos corpos continuam a ser violados, nossa ancestralidade foi atacada, nossa existência ameaçada de todos os ângulos. Nossa pele cor de terra continua a sangrar. Nossas sementes são envenenadas repetidas vezes. E estamos cansados de nos defendermos do ataque. Essa luta é nossa. E de todo mundo. Nós iremos - devemos - resistir, até o dia em que morreremos!”

Kuña Aranduha Kaiowá



O caso Raíssa e Nhandesy Estela, E o racismo da ausência de políticas públicas para mulheres indígenas

O caso Raíssa escancara a face mais perversa da colonização e da invasão de nossos tekoha - de nossa terra, que também é nosso corpo. Os supostos “especialistas” na realidade de nosso povo matam de novo Raíssa e sua família ao afirmar que o problema é simplesmente álcool e drogas, ao afirmar que nosso povo é selvagem e propenso a violência, que o estupro é cultural, que a família vai trocar cestas básicas por drogas. Isso também é um discurso racista e que vem das igrejas. Raissa, do povo Kaiowá, 11 anos, foi estuprada, esquartejada e jogada de uma penhasco de 20 metros em 2021⁴. Na mesma situação de Raissa tem muitas meninas Kaiowá e Guarani em territórios Kaiowá e Guarani.

O caso

O abuso sexual foi confirmado após o exame necroscópico. Entre os cinco homens que confessaram o crime, três eram adolescentes de 16, 14 e 13 anos, e dois adultos, sendo um desses tio da vítima. Os suspeitos disseram à polícia que quando a menina desmaiou e retomou a consciência, começou o plano do homicídio. Nesse momento, após a vítima ameaçar denunciar os suspeitos, ela foi arrastada pelos cabelos até a pedreira.

“A princípio, eles combinaram e levaram essa menina lá para cometer crime sexual contra ela e, após violentarem ela durante a noite toda, eles acabaram arremessando ela do penhasco com a ideia de tirar a vida dela, porque ela teria recobrado a consciência, começou a gritar, pedir socorro dizendo que ia denunciá-los e eles acabaram arremessando ela”, disse o delegado Erasmo Cubas, responsável pelo caso.



O corpo de Raissa foi achado por familiares na pedreira desativada. As roupas da menina, que estava nua, foram encontradas no topo do penhasco de pedras.

Segundo o delegado, durante o período da noite em que a menina estava sendo violentada, os suspeitos obrigaram a vítima a ingerir bebida alcoólica e iniciaram o abuso sexual coletivo, quando o tio da criança teria chegado ao local, presenciou a situação e também ajudou a violentar a sobrinha

Na educação o racismo religioso também se encontra presente, assim como a intolerância religiosa. As mulheres Kaiowá e Guarani são fundamentais no processo educativo das novas gerações, principalmente, as nhandesy e nhanderu por serem

as bibliotecas vivas dos povos Kaiowá e Guarani. São as anciãs e anciãos principais responsáveis por guardar os saberes tradicionais e compartilhar com os mais novos. Na transmissão dos conhecimentos as mulheres assumem protagonismo, apesar de serem desvalorizadas e subjugadas pelo patriarcado, machismo e as igrejas.

E assim como aconteceu com a filha em 2021, pai de Raíssa foi brutalmente assassinada em aldeia Bororó um ano depois, corpo de indígena foi achado dois dias depois em pedra desativada, o mesmo local em que Raissa foi assassinada ⁵. É urgente apurar os crimes que seguem continuamente, as situações são para além do uso de bebida alcoólica, drogas, etc. É uma violência estrutural, consequência da ausência de ações efetivas e continuadas no combate as violações contra meninas, crianças, jovens, mulheres e idosas em nossos territórios. Nós estamos cientes que muitas vezes é NÓS caminhando POR NÓS, por isso seguimos gritando por justiça e políticas publicas que atendam as tantas Raissas que sangram silenciosamente nos territórios Kaiowá e Guarani.



Ao retomar a consciência, a menina foi jogada do penhasco (reprodução)

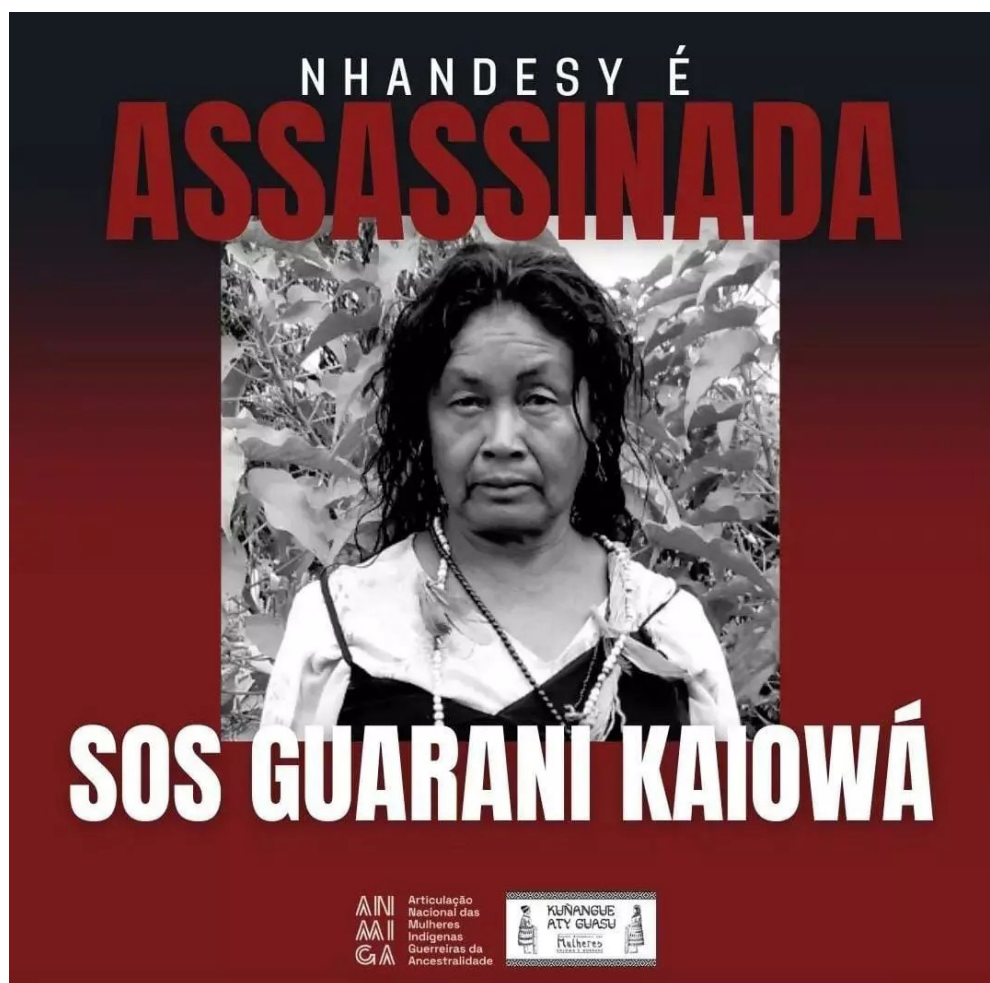


Corpo do corpo da pequena Raissa - fotografia divulgada pela família.



Nhnadesy Lulu em manifestação contra as violências na Marcha Nacional das Mulheres Indígenas 2019

Em memória Nhandesy Estela



No decorrer de nosso campo, a Nhandesy Estela foi assassinada, registramos no início desse relatório que iniciamos o nosso campo com o massacre na Retomada de Guapo'y Mirin Tujury e concluímos registrando a morte da Nhandesy Estela, uma anciã, executada a tiros. A equipe da Kuñangue Aty Guasu esteve no Território de Yvy Katu, onde foi assassinada a Nhandesy Estela. O cenário é assustador, Território cada vez mais invadido pelo arrendamento, o motivo do assassinato ainda não está esclarecido totalmente e segue sob investigação.

A Nhandesy foi assassinada com vários tiros, sendo um deles atingido direto a cabeça dela fazendo com que restos do cérebro ficasse para fora. Ela já é uma idosa, tem 67 anos, a comunidade está muito triste e assustada. E a nossa equipe ainda foi intimidada por indígenas que estão envolvidos no arrendamento de terras naquele território.

A Nhandesy deixou um filho jovem que precisa de amparo e proteção Urgente. Os possíveis assassinos ainda não foram encontrados. Ficamos em choque com essa tragédia, uma anciã, uma Nhandesy, uma rezadeira assassinada a tiros no MS. Solicitamos mais uma vez que nos ajudem a proteger as mulheres indígenas, que protejam as nhandesys.

A importância dos espaços tradicionais para o povo Kaiowá e Guarani em MS

As Ogá Pysy são comumente referidas na literatura antropológica, etnológica e etnohistórica. Podemos referenciar importantes trabalhos de reconhecidos/as autores/as, que tratam sobre o tema a partir de seu aspecto originário, tanto quanto suas efetivas transformações no tempo, em especial as consequências da colonização para as modalidades de habitação permanente nos territórios tradicionais Guarani e Kaiowá e a transformação das atribuições da Ogá Pysy no que diz respeito à sua disposição territorial, a amplitude e difusão de suas construções e o uso como moradia, ainda hoje experienciado por rezadores/as e parte de suas parentelas associadas, que resistem como guardiões e guardiãs desses espaços.

Lucia Pereira, mãe, mulher Kaiowá, educadora e antropóloga (com mestrado defendido junto à Universidade Federal da Grande Dourados), assim enuncia em sua dissertação: É importante falar sobre as ervas medicinais. Hoje em dia estão escassas diversas plantas, por conta do desmatamento e de queimadas. Precisamos nos conscientizar sobre o assunto, assim como de fundamental importância dos objetos ritualísticos, como o mbaraka (chocalho), takuapu (instrumento de bambu para percussão), mimby (flauta), chiru (cruz), assim como a oga pysy (casa de reza). (PEREIRA, 2020, p. 41). Este espaço fundamental da sociabilidade Kaiowá e Guarani, as oga pysy, são vitais (na polissemia e literalidade do termo) para o processo de resguardo da memória social.

Como coloca Sônia Pavão - mulher indígena e mestre em Educação e Territorialidade pela UFGD, em sua dissertação intitulada "Conhecimentos Tradicionais Guarani e Kaiowá como fontes de autonomia, sustentabilidade e resistência" (sob a orientação da profa. Dra. Laura Jane Gisloti):

Assim, no território Guarani e Kaiowá, de acordo com Benites (2020, p. 20) "os elementos que compunham as relações do tekoha (locais onde ocorre a produção material e cultural desses povos), como a floresta, os rios, a oga psy (casa de reza) e a roça, são como linhas "condutoras que levam ao passado e às dimensões espirituais e, na volta, trazem a memória viva para atualizar e fundamentar as novas relações necessárias, diante da transformação constante da realidade". (PAVÃO, 2021, p.30).

Percebamos que as oga pysy se tratam de veículos para a atualização e fundamentação das novas relações vivenciadas pelos Kaiowá e Guarani na condição de "memória viva". Processo anverso da dizimação que grita e que é constante-

mente denunciada por diversos meios, incluindo os científicos.

Ainda no que diz respeito às pesquisas científicas realizadas nas Universidades daqui do Mato Grosso do Sul sobre a essência vital das oga psy, destacamos a tese do educador, geógrafo e pesquisador indígena Kaiowá, Eliel Benites.

Intitulada “A BUSCA DO TEKÓ ARAGUYJE (JEITO SAGRADO DE SER) NAS RETOMADAS TERRITORIAIS GUARANI E KAIOWÁ”, as oga psy ganham destaque pela sua imprescindibilidade. Princípios as menções realizadas às oga psy tecidas por Eliel Benites. Suas menções se dão com relevo pelo contexto das entrevistas por ele destacadas, bem como de seus interlocutores: (BENITES, 2021, p. 30)

Finalmente, cabe destacar que em sua tese, Eliel Benites resgata o que produziu em sua dissertação de mestrado, defendida na UCDB (sob a orientação da profa. Dra. Adir Casaro Nascimento) e que nos faz retornar ao processo de violência por nós sustentada e suportada há séculos. Se não, vejamos, em Benites (2021, p. 80):

Na descrição dos trabalhos da dissertação de mestrado, Benites (2014) coloca o processo da constituição das primeiras fazendas de Joha, que fica ao lado da reserva atual da Te'yikue.

Fernando Peralta, filho do antigo morador Zacaria Marque, conta que seu avô, João Pedro Marque, ajudou os engenheiros a delimitar a terra, fazendo picadas por onde passariam os pilares da demarcação física da terra. Lembra ainda que no Tekoha Joha (perto da atual Te'yikue), um paraguaio chamado Máximo Ricardo, capataz da Companhia Mate Laranjeira, quando encerrou o trabalho, construiu uma pequena casa de alvenaria e se apossou do lugar. Do lado da fazenda havia uma grande casa comunal (óga ppsy), e o rezador que morava naquela casa se chamava Joha. O mesmo paraguaio começou a fazer picada, delimitando a área e, em seguida, começou a chamar a fazenda pelo nome de Joha. Posteriormente a esses fatos, vendeu a terra para outro paraguaio chamado Vito Marque que, por sua vez, vendeu para Bento Marque e, por fim, para Cota Marque. Quando vieram os engenheiros (como ele denominou), estes os registraram como donos daquela terra. Os indígenas que moravam naquele lugar, trabalharam no roçado, como chamavam a derrubada do mato. Com o tempo mandaram todos para a Reserva Indígena Te'yikue. (BENITES, 2014, p. 44)

Documentação disponível adequada à natureza do bem, como fotografias, desenhos, vídeos, filmes e gravações sonoras.



Imagem 1: Ogá pisy localizada na Terra Indígena Dourados Amambaípegua I (Caarapó-MS).



Imagem 2: Ogá Pysy localizada na Aldeia Guapo'y (Amambai-MS), queimada em 2021



Imagem 3: Ogá pysy localizada na Aldeia Rancho Jacaré, queimada em 2021

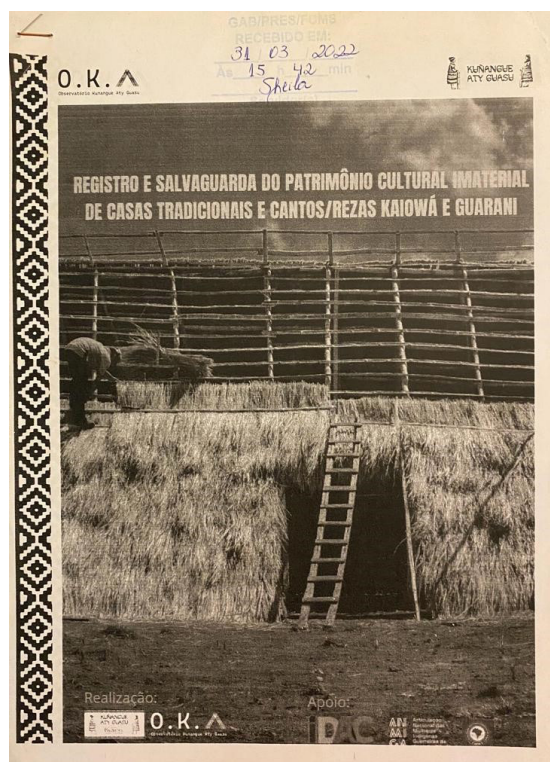
Documentais e bibliográficas disponíveis:

Arquivo online disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1JHBb8RjeZz7uR6KXA1_sqW8uZ-BEcfQbM?usp=sharing

Somos mulheres Kaiowa e Guarani em luta, resiliência pela nossa sobrevivência, liberdade e autonomia, nos ajudem a proteger nossos modos de ser, de se organizar. Pois enquanto houver o som do Mbaraka e do Takuapu, haverá luta!

A Urgência Em Registrar As Casas De Rezas, Objetos Sagrados E Rezas Como Patrimônio Imaterial Do Estado De Mato Grosso Do Sul



A Kuñangue Aty Guasu protocolou o documento em 31 de março de 2022, na Fundação de Cultura de MS, solicitando a urgência em levantamentos e registros das casas de rezas, objetos sagrados e cantos como patrimônio imaterial do estado de Mato Grosso Do Sul. Recebemos então em nossa assembleia em novembro de 2022 representantes da Fundação De Cultura, a historiadoras Rita Natália, Sarita Souza, o Coordenador do Arquivo Público Douglas Alves e a Coordenadora do MIS Mari neti Pinheiro, Douglas afirmou abertamente para a nossa plenária que iria encaminhar os registros das casas de rezas. Porém até o momento não tivemos retorno sobre os encaminhamentos. Desta forma viemos aqui mais uma vez solicitar a Fundação De Cultura que nos ajude na salvaguarda de nosso patrimônio sagrado, as nos-

sas rezas, nossos objetos sagrados e as casas de rezas. Esse é um caminho positivo no combate a intolerância religiosa e racismo religiosa em Mato Grosso Do Sul.

Conclusão

A Kuñangue Aty Guasu (Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani), exige que sejam apuradas/investigadas de forma continuada, todas as violências em nossos territórios, contra meninas, jovens, mulheres e Nhandesys (mestras tradicionais).

Nossos espaços de medicina e de reza, onde se exerce o cuidado dentro de nossa cultura está sendo sistematicamente incendiado de forma criminoso. As Igrejas neopentecostais - Assembleia de Deus e Deus é Amor, incitam o ódio à cultura e principalmente a mulher Guarani e kaiowá, através de discursos racistas contra as Nhandesy e Nhanderu. Como no período da Inquisição e de caça às bruxas, pregam que anciões e anciãs indígenas são feiticeiras e responsáveis pelas mortes e doenças que atingem as nossas aldeias, fazendo com que pessoas se sintam legitimadas a agredirem seus corpos e casas de cura e reza, gerando cenários de violências medievais e extremismo religioso, como apedrejamentos e ameaças de morte constantes. Esse discurso de ódio tem contribuído para o aumento das violências em nossos territórios, e assim a uma onda de estupros e feminicídios. É preciso urgente, que as mulheres indígenas e ativistas, defensoras de direitos humanos que lutam contra essas violências, sejam protegidas.

Os grandes chefes dos espaços evangélicos (igrejas) que estão em nossos territórios precisam se responsabilizar pela demonização seguido de ataques violentos contra o nosso modo tradicional, porque eles são responsáveis pela formação valorativa dos fiéis. Exigimos que parem imediatamente com a intolerância religiosa, o racismo religioso, que respeite os nossos espaços tradicionais e nossos modos de se organizar, de ser e existir.

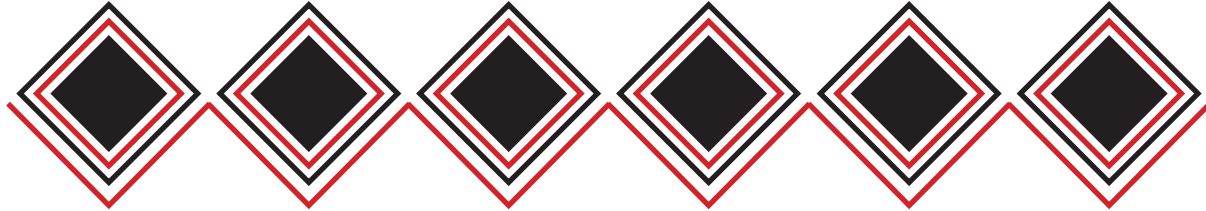
A constituição federal de 1988, garante o direito fundamental à liberdade de religião, e foi expressamente assegurada uma vez que esta liberdade faz parte do rol dos direitos fundamentais. O inciso VII do artigo 5º, estipula que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Também chamamos o judiciário e outras organizações, movimentos sociais, universidades, etc para juntos realizarmos o enfrentamento a esse racismo religioso estrutural. É de responsabilidade dos órgãos públicos combater os crimes de intolerância religiosa, assim como são aqueles que têm todos os instrumentos para investigar, julgar e combater a violência.

Por isso, questionamos porque nada tem sido feito e porque continuamos a

vivenciar essas violências brutais e a termos nossos direitos como cidadãos desrespeitados pelas instituições responsáveis pela garantia de nossos direitos.

Quem vai investigar as queimas das casas de rezas no Mato Grosso Do Sul? O que fazer com esse racismo, intolerância religiosa, perseguição estrutural contra os nossos princípios? Como proteger os nossos patrimônios nativos? E o que serão das vítimas da intolerância religiosa?



Nhandesy queimada, assassinada em 2022 - Augusta Ferreira, 63 anos, do povo kaiowá veio a óbito, depois de ter 80% do corpo queimado. Segundo informações recentes o laudo apontou que houve estupro coletivo, fratura dos dois braços e um esfaqueamento. Dona Augusta veio a óbito no hospital Santa Casa em CG/MS vinte dias depois do ocorrido. O crime segue sendo investigado e sem sucesso, e uma das causas segundo fontes que não desejam ter seus nomes divulgados por segurança, é que ela faz os cuidados com a medicina tradicional.

Considerações:

Considerando que a Constituição Brasileira de 1988 defende e promove a proteção dos direitos fundamentais relativos à liberdade de expressão religiosa, o direito fundamental de não ser torturado ou tratado de forma desumana, a defesa dos direitos indígenas, dentre eles sua cultura e costumes, assim como o direito ao acesso e à manifestação cultural a que deve o Estado proteger, como as culturas indígenas;

Considerando que a Convenção 169 de OIT de Proteção aos Povos Indígenas e Tribais a que o Brasil é signatário através do Decreto Legislativo n. 143/2002;

Considerando que o Decreto nº 7.037/2009 (Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3) fixou diretrizes acerca da política de Direitos Humanos a ser adotada no Brasil, incluindo o Objetivo Estratégico VI (Respeito às diferentes crenças, liberdade de culto e garantia da laicidade do Estado, onde nas Ações Programáticas), aponta: a) Instituir mecanismos que assegurem o livre exercício das diversas práticas religiosas, assegurando a proteção do seu espaço físico e coibindo manifestações de intolerância religiosa. Responsáveis: Ministério da Justiça Ministério da Cultura Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. b) Promover campanhas de divulgação sobre a diversidade religiosa para disseminar cultura da paz e de respeito às diferentes crenças. Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República Ministério da Cultura Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República;

Considerando que a Portaria FUNAI Nº 466, de 19 de Janeiro de 2022, institui o Programa de Operações Especiais de Proteção Etnoambiental e Territorial - Proepet, no âmbito da Fundação Nacional do Índio - Funai, traz no Capítulo I - Disposições Preliminares, no Art. 2º Para fins desta Portaria, são consideradas situações de urgência e emergência: IV - situações de conflito de natureza fundiária, territorial e interétnica;

Considerando a Lei Maria da Penha, que assegura que nenhuma mulher, independente de classe, raça/etnia, deve viver sob violência, devendo-se preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social;

Considerando que no tocante à Secretaria Especial de Saúde indígena, o Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (DSEI-MS) é a instância do Ministério da Saúde responsável pela atenção primária em saúde, bem como as ações de saneamento básico dos povos indígenas nessa região administrativa, conforme a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI),

publicada na Portaria MS nº 254 de 31 de janeiro de 2002, Portaria nº 2.656 de 17 de outubro de 2007;

Considerando a Portaria Nº 2.663, de 11 de Outubro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para redefinir os critérios para o repasse do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas – IAE-PI, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Art. 275, no que se refere aos objetivos, em IV – facilitar a assistência dos cuidadores tradicionais, quando solicitada pelo paciente indígena ou pela família e, quando necessário, adaptar espaços para viabilizar tais práticas; VII – promover e estimular a construção de ferramentas de articulação e inclusão de profissionais de saúde dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI/SESAI/MS e/ou outros profissionais e especialistas tradicionais que tenham vínculo com paciente indígena, na construção do plano de cuidado dos pacientes indígenas; X – fomentar e promover processos de educação permanente sobre interculturalidade, valorização e respeito às práticas tradicionais de saúde e demais temas pertinentes aos profissionais que atuam no estabelecimento, em conjunto com outros profissionais e/ou especialistas;

Considerando a Lei Complementar n. 80 de 1996 a qual define como competência legal das Defensorias Pública da União e Estaduais a defesa dos direitos fundamentais:

- Que sejam acompanhados os inquéritos policiais relativos aos casos abordados nesse relatório, fazendo pressão para que as partes interessadas sejam informadas sobre o andamento e averiguação de se as investigações estão sendo conduzidas buscando os reais mandantes e responsáveis pelos casos;

- Que sejam postuladas e protocoladas as ações para defesa dos direitos acima mencionados através das modalidades de tutela coletiva na defesa dos direitos culturais indígenas, da liberdade de expressão religiosa;

- Que haja representação no sistema internacional de direitos humanos com ampla participação e diálogo com a Kuñangue e OKA no caso de se esgotarem os meios nacionais para proteção das casas de reza e ações no âmbito nacional em defesa contra a violência as rezadoras e rezadores e população indígena local que vivenciem e frequentem os espaços das casas de reza;

- Por fim, que seja protocolado a ação de responsabilização do Estado em vista das denúncias de não apuração dos casos pela Polícia (como foi informado no caso de Itay) e que exija uma resposta estatal em relação a averiguação desses crimes, assim como, políticas e ações efetivas de proteção as casas de reza e das nhandesy e nhanderus;

- É preciso que haja respeito às nhandesy e nhanderu dentro da comunidade, que possam viver a sua cultura e sua reza em liberdade, que possam cuidar da

comunidade através de sua medicina ancestral livre de ameaças, perseguições e violência a eles, as suas famílias e a quem escolhem a reza e medicina ancestral.

- **Segue os encaminhamentos do caso de intolerância religiosa na comunidade de Ytay, município de Douradina/MS a serem considerando no enfrentamento a intolerância regidas em MS.**

Ref. Autos 0001154-97.2021.8.12.0037, avaliação legal e antropológica do Observatório da Kuñangue Aty Guasu em acompanhamento com a Kuñangue Aty Guasu (Assembléia de Mulheres Guarani e Kaiowá)

Trata-se da queima da ogá pisy (casa de reza) da nhandesy (rezadora tradicional do povo Guarani Kaiowá) com risco de morte da mesma, Dna. Terezinha Aquino. No processo deveria constar o fato de ela ser idosa (violência contra pessoa idosa) e sua oitiva. Após a denúncia que resulta nesses autos, a ogá pisy foi queimada, no dia 29 de dezembro de 2021, com a Dna. Terezinha dentro. Felizmente, ela não se feriu desta vez.

É importante destacar que a ogá pisy, “casa mãe das origens” (Mura, 2010), é um espaço central para a reprodução da vida Guarani e Kaiowá, sendo este originalmente concebido e vinculado como local de moradia onde habitavam parentelas filiadas a ampla rede de relações entre humanos e seres não-humanos, para a manutenção do fogo doméstico (Pereira, 2004). Os aspectos da morfologia social e sociocosmológicos abrangidos pela ogá pisy remetem a amplos debates e vasta bibliografia na literatura antropológica, etnográfica e etnohistórica (B, 1997; Meliá. Grünberg & Grünberg, 2008; Chamorro, 2008; João, 2011; Cavalcante, 2013; Pereira, 2020;). Relativo às transformações ocorridas no campo de seus usos e a abrangência de sua existência, destacamos, é importante notar os efeitos causados pelo colonialismo e as frentes estatais de desapropriação e progressiva invasão por forças privadas (em especial, fazendeiros/latifundiários) que, acompanhados pela intrusão de igrejas no território Guarani e Kaiowá, provocaram a diminuição não apenas da quantidade casas de reza, mas também, das possibilidades de sua extensão territorial, tendo em vista tratar-se de elemento chave nas redes, trocas e caminhos trilhados pelos Guarani e Kaiowá entre os diferentes Tekoha e Tekoha Guasu de acordo com seus usos, costumes e tradições.

Com o estabelecimento da lógica dos lotes pela imposição das Reservas Indígenas ao longo da década de 1910-1920, as modalidades de habitação e ocupação do território tiveram de adaptar-se a nova realidade impulsionada pelos impactos e violências da colonização no cone sul do Mato Grosso do Sul. Contemporaneamente, como ilustrado em detalhes pelo relatório em anexo da Kuñangue Aty Guasu com a OKA, o contexto das violências é agudizado pela interferência e articulação criminosa de igrejas pentecostais associadas à interesses de arrendatários em Terras Indígenas, que acusam sistematicamente as rezadoras e rezadores tradicionais de bruxaria pela mera reprodução das práticas de rezas e rituais tradicionais – um cla-

ro sinal de intolerância religiosa. Como o relatório destaca, somente em 2021 foram 5 casas de reza criminosamente incendiadas, fato que explicita a existência de um processo sistemático de destruição destes espaços sagrados realizado pelos mesmos atores ou, de modo correlacionado, envolvendo âmbitos e interesses institucionais e privados. Convém destacar, ainda, que parte extremamente relevante dos principais rituais e práticas culturais Guarani e Kaiowá ocorrem no interior da Casa da Reza, a exemplo do ritual de batismo do milho branco, mediado pelo canto longo (Jerosy Puku); o Kunumi Pepy, referente à formação do corpo e preparação dos meninos para um período transição etária e de distintas responsabilidades em sua vida social; o nhemongarai, ritual de batismo das crianças onde recebem sua nomeação; entre tantos outros.

Desta forma, como Assessoria Jurídica Popular Indígena (Ajupi) e como Rede de Antropologia do Observatório da Kuñangue Aty Guasu (OKA), sendo a Kuñangue Aty Guasu a Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá, após escuta das conselheiras e conselheiros, assim como membros do Tekoha (lugar onde se é, território tradicional Guarani Kaiowá) Itay Ka'agwyrusu, em visita à comunidade, pedimos que seja ratificado no processo a noção de mera "briga de vizinhos" para o caso de intolerância religiosa e que o caso seja enviado à justiça federal por se tratar de direitos coletivos culturais e territoriais de povos indígenas. Itay Ka'agwyrusu faz parte da Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica, já identificada em 2011. Importante recordar que, em 2013, a Missão Evangélica Unida solicitou ordem de despejo contra o Tekoha Itay, o que corrobora para o nosso entendimento da intolerância religiosa e dos interesses mobilizados pela igreja na região.

Nesse sentido, recomendamos a restrição de acesso do réu ao território, pelas seguidas ameaças à comunidade tradicional que estão evidenciadas inclusive no perfil do réu, julgado repetidamente por ameaça. Caso o ameaçador seja parente da vítima e este pedido poderia entrar na Lei Maria da Penha.

Ainda, é necessário o acompanhamento do processo por profissional ou entidade competente para lidar com conflitos envolvendo os povos indígenas, seja antropólogo ou a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

Por fim, é necessário implicar tradutor e intérprete no caso para que as pessoas arroladas tenham a oportunidade de entenderem em sua língua materna os pormenores sensíveis do caso.

Segue abaixo e em anexo relatório sobre intolerância religiosa que menciona a situação em Ytai realizado em parceria com o OKA, DPE e DPU:

Disponível em: https://www.kunangue.com/files/ugd/c27371_b2d7f59494b-140cbbf59866252dc5ca1.pdf

Recomendações:



1. Nós mulheres Kaiowá e Guaraní estamos na construção da pauta dos Protocolos de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado: um documento que será tecido pelo nosso conselho, a partir da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (C169) sobre as formas e processos em que queremos ser consultadas, de modo que respeite as nossas culturas, tradições e organização social;

2. Em 2016, a relatora da ONU sobre Povos Indígenas, Victoria Taulis Corpus, visitou o Brasil e recomendou a proteção dos povos das florestas assim como assegurar o direito aos seus territórios, é preciso que o Brasil considere o relatório, assim como a CF de 1988 e demarcar e homologar as terras indígenas é urgente;

3. É urgente a formação e capacitação das mulheres indígenas Kaiowá e Guaraní para o enfrentamento a violência, assim como a construção de materiais didáticos, palestras e oficinas sobre os temas de violência, como um meio de prevenção e orientação para as comunidades em geral;

4. As mulheres indígenas são as guardiãs da sabedoria indígena, é preciso respeitar esses valores ancestrais e proteger as mesmas

Propostas:

1. A carne mais barata deste estado é do povo Kaiowá e Guarani, são inúmeras violências contra o nosso corpo território cotidianamente, e as políticas públicas continuam precárias, são inúmeras Raissas, Arianes a pagar com suas vidas na região mais perigosa para Mulheres Indígenas do País, e até quando seremos mortas para sermos vistas como humanas, como mulheres que têm direitos a viver?;

2. Solicitamos ao MPF, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), DPU, NUPIIR-DPE/MS, Conselho Estadual de Direitos Humanos, Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da 4ª Subseção da OAB de Mato Grosso do Sul, ONU Mulheres, Tribunal de Justiça do MS, DPU, Vida e Juventude, Rede OKA, OKAIM, a bancada do co-car, ao ministério indígena, as universidades que nos ajudem a ecoar as vozes das mulheres vítimas de violências, e que juntas possamos construir parcerias de ações de prevenção em todos os territórios Kaiowá e Guarani, é um pedido de socorro;

3. As mulheres líderes da Kuñangue Aty Guasu na linha de frente, estão sob constantes perseguições, criminalização, processos judiciais, entre outros, uma forma de intimidar e silenciar a nossa luta. Somos mulheres em defesa de nossas vidas, de nossos filhos, e do nosso território, e as ameaças vêm de diversas partes dos latifundiários, ruralistas e líderes de igrejas, exigimos a proteção de nossa equipe dentro e fora do territórios Kaiowá e Guarani;

4. A gestão de assistência social no estado de MS, necessita construir com urgência, ações de de atendimento e acolhimento para mulheres e crianças em situação de violência, e exigimos que a próxima gestão estadual e federal construam CRAS e CREAS em todas as comunidades;

5. Há uma imensa dificuldade de fazer denúncias sobre as violências sofridas pelas mulheres indígenas, na maioria das vezes essas denúncias não chegam em uma delegacia, e se chegam as mulheres não conseguem denunciar, pois a maioria são falantes da língua materna. Diante disso exigimos que tenham mulheres indígenas capacitadas para ser intérpretes na delegacia de mulher, e apoio de logística

com segurança, jurídico e psicológico para ajudar as mulheres Guarani e Kaiowá a encaminhar as denúncias;

6. O estupro continua de todas as formas (vindo de pai, tio, primo, avô, etc), fazendo cada vez mais vítimas Guarani e Kaiowá, vem acontecendo com muita frequência contra vida de crianças e mulheres indígenas, há uma necessidade de medida protetiva e ações em território urgente;

7. As igrejas estão conectadas com o arrendamento de terras indígenas e as mulheres que lutam na retomada estão sob ameaças de morte, é urgente a investigação de tudo e todos invadindo os territórios;

8. É preciso que haja um respeito às Nhandesy e Nhanderu dentro da comunidade, que possam viver a sua cultura e sua reza em liberdade, que possam cuidar da comunidade através de sua medicina ancestral livre de ameaças, perseguições e violência a eles, as suas famílias e a quem escolhe a reza e medicina ancestral.

9. Os capitães e lideranças das aldeias devem parar de perseguir e ameaçar as Nhandesy e Nhanderu e respeitar a reza e a medicina ancestral.

10. Fortalecimento e retomada dos rituais sagrados do Jerosy Puku, Jerosy Mbyky, Kunumi Pepy e Nhemongarai como parte da recuperação das terras sagradas das mãos do capitalismo e karai kuera reko [o modo de vida não-indígena.

11. Na área da **Saúde**: deve-se respeitar o conhecimento ancestral, os profissionais da saúde, médicos e enfermeiras devem respeitar a medicina ancestral e atuar de acordo com a nossa cultura e trabalhar junto às parteiras. Os profissionais da saúde indígena que se encontram neste momento no território tem que conhecer a cultura e a língua guarani e kaiowá e melhorar os seus atendimentos. É necessário a ampliação dos cuidados com saúde mental nas aldeias.

12. Sobre a **violência sexual às mulheres e meninas** Guarani e Kaiowá: é necessário a criação de um espaço seguro para as meninas e mulheres poderem fazer a denúncia de suas violências - A lei maria da penha não contempla a realidade guarani e kaiowá no sul do MS, é preciso de medidas de afastamento dos agressores da proximidade das casas das mulheres e nhandesy que sofrem ameaça

e/ou violência e que os denunciam. Além disso, as denúncias têm que ter algum efeito sobre essas violências porque hoje denunciemos para o MP e outros órgãos e nada é feito. É preciso criar uma delegacia específica para as mulheres indígenas onde possamos denunciar as violências que estão sofrendo e que estejam nas aldeias, ou seja, próxima da onde moram. Precisamos de soluções e ajuda para os casos de violência contra as mulheres.

13. Apoio efetivo de **proteção às nhandesy e nhanderu** ameaçados de morte e perseguidos.

14. Apoio e acompanhamento destas denúncias de intolerância religiosa.

15. Proteção das parteiras e do exercício e prática da medicina ancestral.

16. Construção de um **documento** que informe a comunidade sobre onde, como e a quem se pode fazer as denúncias de intolerância religiosa e descumprimento dos direitos indígenas para ser entregue nas aldeias. Esse documento deve ainda conter informações sobre os contatos a quem podemos denunciar para além das instituições do Estado.

17. É necessário que haja a **proteção às companheiras e companheiros que estão na luta contra a violência contra a mulher**, na luta pelo tekoha e pela saúde indígena e que estão perseguidos nas comunidades entre alguns parentes e pelo Estado.

18. É URGENTE a Casa Da Mulher Indígena para o acolhimento e cuidado psicossocial das Mulheres Indígenas Kaiowá e Guarani vítimas de violências.

19. Que a Fundação de Cultura de MS, possa atender as nossas demandas do levantamento e registro das casas de rezas, cantos e objetos sagrados do nosso povo, é uma solicitação urgente de proteção de nossos sagrado e uma proteção contra a intolerância religiosa e o racismo religioso

**INTOLERÂNCIA RELIGIOSA É CRIME!
RACISMO RELIGIOSO É CRIME!**



**KUNANGUE ATY GUASU - GRANDE ASSEMBLEIA DAS MULHERES KAIOWÁ E GUARANI/MS
@KUNANGUEATYGUASU / ATYKUNAKUERA@GMAIL.COM | WWW.KUNANGUE.COM**